



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA ANUAL

3ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE

20 DE MAIO DE 2025

Maria Madalena Telesca

Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região





1 INFORMAÇÕES GERAIS

2 CIRCUNSCRIÇÃO E REGIME DE LOTAÇÃO

3 ESTRUTURA FUNCIONAL

3.1 JUÍZES

3.2 SERVIDORES

3.3 ESTAGIÁRIOS

4 AUTOINSPEÇÃO

5 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

5.1 FASE DE CONHECIMENTO

5.2 FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

6 AUDIÊNCIAS

6.1 EVOLUÇÃO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS

6.2 EVOLUÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO REALIZADAS

6.3 AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR TIPO E MAGISTRADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

6.4. PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

6.5 PAUTAS MARCADAS E LIVRES

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

6.7 OBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 847 DA CLT X RITO PREVISTO NO ART. 335 DO CPC

7 SENTENÇAS

7.1 EVOLUÇÃO ANUAL DE SENTENÇAS PROLATADAS E ACORDOS HOMOLOGADOS NA FASE DE CONHECIMENTO

7.2 PRODUÇÃO DOS JUÍZES NA FASE DE CONHECIMENTO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

7.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA/DECISÕES COM PRAZO LEGAL EXCEDIDO

8 ACERVO

9 PRAZO / IDADE MÉDIA

9.1 PRAZO / IDADE MÉDIA NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

9.2 PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À SENTENÇA

9.3 PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO

9.4 PRAZO / IDADE MÉDIA NA ETAPA DE EXECUÇÃO

9.5 PRAZO / IDADE MÉDIA DA TRAMITAÇÃO TOTAL DO PROCESSO

10 ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO – IGEST

11 METAS

11.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2024

12 PJE – ANÁLISE DO PAINEL GLOBAL DA UNIDADE NO SISTEMA PJE

12.1 TAREFAS DO PAINEL GLOBAL

12.2 ESCANINHO DE PETIÇÕES

12.3 ANÁLISE POR FASE PROCESSUAL

12.4 ANÁLISE DE PROCESSOS ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE

12.5 ANÁLISE DA AUTOINSPEÇÃO

13 ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE SECRETARIA

13.1 ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS TAREFAS

13.2 TEMPO MÉDIO DE CUMPRIMENTO DE ATOS PROCESSUAIS (EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES, OFÍCIOS, MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS, RPVS, ALVARÁS, PRAZO VENCIDO E PETIÇÕES NÃO APRECIADAS)

13.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

13.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

13.5 PROCEDIMENTOS RELATIVOS À FASE DE EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO. SOBRESTAMENTO DE PROCESSOS

13.6 FERRAMENTAS ELETRÔNICAS E UTILIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS DISPONÍVEIS

13.7 PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO BNDT

13.8 REGISTROS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

14 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

15 PROJETO GARIMPO

16 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

17 RECOMENDAÇÕES

17.1 AOS JUÍZES

17.2 À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

18 DETERMINAÇÕES

18.1 AOS JUÍZES

18.2 À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

18.3 RELACIONADAS ÀS OUTRAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

19 PRESENÇAS

20 PRAZO PARA RESPOSTA

21 ENCERRAMENTO



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA ANUAL

3ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE

Aos vinte dias do mês de maio de 2025, compareceu à sede da 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande a Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **MARIA MADALENA TELESKA**, acompanhada de sua equipe, para a Inspeção Correcional Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2189/2025. Foram recebidas pelo Juiz Titular, Giovani Martins de Oliveira, pelo Juiz Substituto lotado, Felipe Lopes Soares, pela Diretora de Secretaria, Cristina Carvalho Marchand, e pelos demais servidores presentes nessa Unidade Judiciária.

Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados à Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Unidade Judiciária: 11/12/2012

Data da última correção realizada: 17/07/2024

Jurisdição: Rio Grande, São José do Norte

2 CIRCUNSCRIÇÃO E REGIME DE LOTAÇÃO

Nos termos da Portaria nº 30/2024 da Corregedoria Regional, a 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande pertence à 74ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Nessa circunscrição vigora o regime de lotação plúrima, com a atuação do Juiz Titular da Vara do Trabalho e de um Juiz Substituto lotado que atua de forma compartilhada com a 4ª Vara do Trabalho de Rio Grande.

3 ESTRUTURA FUNCIONAL

3.1 JUÍZES

3.1.1 Juizes atuais

Juiz(a)	Cargo	Lotação
Giovani Martins de Oliveira	Juiz Titular	desde 01/06/2016 – Há 8 anos e 353 dias*
Felipe Lopes Soares	Juiz Substituto Lotado	desde 18/10/2021 – Há 3 anos e 214 dias*

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 14/04/2025)

* Período totalizado até a data da visita correcional.

3.1.2 Autorização para residir fora da Comarca (arts.17 a 19 da CPGJT)

Observados os termos da Resolução nº 37 do CNJ e da Resolução Administrativa nº 33/2024 deste Tribunal Regional, o Juiz Titular Giovani Martins de Oliveira reside no Município-sede da Unidade judiciária e o Juiz Substituto lotado está autorizado a residir fora da Comarca, conforme decisão nos autos do processo administrativo nº 576/2025.

3.1.3 Afastamentos do Juiz Titular e do Juiz Substituto lotado de 01/01/2024 a 20/05/2025

Juiz (a)	Motivo	Data de Início	Data de Fim	Nº de dias
Juiz Titular	Férias	22/05/2024	20/06/2024	30
	Férias	04/11/2024	03/12/2024	30
	Afastamento das Funções Judicantes*	07/04/2025	06/05/2025	30
	Férias	15/05/2025	13/06/2025	30



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz Substituto lotado	Felipe Lopes Soares	Férias	07/02/2024	26/02/2024	20
		Férias	18/07/2024	16/08/2024	30
		Férias	03/02/2025	16/02/2025	14

(Fonte: informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 14/04/2025)

* O Juiz Titular foi desconvidado pela Corregedoria de 07/04 a 06/05/2025, PROAD 3941/2022

3.1.4 Assiduidade do Juiz Titular e do Juiz Substituto lotado – Item de exame e registro obrigatório (art. 32, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho - CPGCJT)

Em cumprimento ao disposto no art. 32, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos Magistrados foi verificada por meio das informações obtidas no item anterior; no item 6.1 do presente relatório, referente às audiências realizadas; na *Agenda dos Juizes Titulares e dos Substitutos fixos vinculados à mesma Vara do Trabalho*, extraída do site do TRT4 (aba *Transparência, Agenda dos Magistrados*), e também por meio da inspeção correcional.

3.1.5 Juizes que atuaram na Unidade Judiciária nos afastamentos ou impedimentos do Juiz Titular e do Juiz Substituto lotado de 01/01/2024 a 20/05/2025

Nome do Magistrado	Cargo Atual	Data de Início	Data de Fim	Nº de Dias	Complemento/Motivo
Giovani Martins de Oliveira	Juiz Titular desde 01/06/2016				
Felipe Lopes Soares	Juiz Substituto lotado desde 18/10/2021				
Leo Mauro Ayub de Vargas e Sá	Juiz Substituto	07/04/2025	15/04/2025	9	Afastamento das Funções Judicantes do Titular
Alexandre Knorst	Juiz Substituto	16/04/2025	30/04/2025	15	Afastamento das Funções Judicantes do Titular
Leo Mauro Ayub de Vargas e Sá	Juiz Substituto	01/05/2025	06/05/2025	6	Afastamento das Funções Judicantes do Titular

(Fonte: informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 14/04/2025)

3.2 SERVIDORES

3.2.1 Servidores lotados

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Cristina Carvalho Marchand	AJAJ	Diretor de Secretaria-CJ3	10/01/2013
2	Sabrina Campanaro Almeida	AJAJ	Assistente de Juiz (S)-FC05	23/09/2024
3	Vinicius Fernandes Marães	AJAJ	Assistente de Juiz (T)-FC05	31/03/2025
4	Diego Fernandes da Silva	TJAA	Assistente de Secretaria-Diretor Adjunto-FC05	14/02/2025
5	Marcelo Mariano Teixeira	TJAA	Assistente de Gabinete de Primeiro Grau-FC04	10/01/2013
6	Juliana Alves Vaz	TJAA	Assistente de Secretaria-FC04	07/02/2025
7	Sandra Maria Legemann de Barros	TJAA	Calculista-FC04	10/01/2013
8	Elena Beatriz Marcos Guilherme	AJAJ	-	07/08/2017
9	Daniel Cristiano Arnold	TJAA	-	03/09/2018
10	Lucas Magalhães de Oliveira Carvalho	AJAJ	-	11/11/2021
11	Larissa Andrade Holowka	TJAA	-	18/10/2024

(Fonte: consulta ao PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT on line em 13/05/2025).

(Siglas dos Cargos: TJAA: Técnico Judiciário, Área Administrativa; AJAJ: Analista Judiciário, Área Administrativa; AJAJ: Analista Judiciário, Área Judiciária, AUX: Auxiliar Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Apoio de Serviços Diversos).



3.2.2 Movimentação de servidores nos últimos doze meses

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Everton dos Santos Machado	11/12/2012	01/07/2024	11 anos, 6 meses e 20 dias	Desligamento em 01/07/2024
2	Marcia Bins Di Napoli	29/06/2016	04/03/2025	8 anos, 8 meses e 4 dias	Desligamento em 04/03/2025
3	Eulher Saraiva Rodrigues Junior	03/05/2023	30/01/2025	1 ano, 8 meses e 27 dias	Lotação em Gabinete dos Juizes Substitutos Lotados na Corregedoria - Assistente de Juiz(S)-FC05
4	Isabelle Gonçalves Santos	05/06/2023	23/09/2024	1 ano, 3 meses e 18 dias	Lotação em 1ª Vara do Trabalho de Pelotas - Assistente de Juiz(T)-FC05
5	Barbara Cristina de Lima Velho	08/09/2023	22/07/2024	10 meses e 14 dias	Lotação em 1ª Vara do Trabalho de Gramado
6	Aline Vasconcelos Silva	22/07/2024	10/02/2025	6 meses e 19 dias	Lotação em 3ª Vara do Trabalho de Canoas
7	Renan Ritter Ferreira	09/10/2024	15/10/2024	6 dias	Lotação em Gabinete da Exma. Desembargadora Denise Pacheco - Assistente de Gabinete-FC05

(Fonte: consulta ao PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT on line em 13/05/2025).

3.2.3 Ausências dos servidores nos últimos doze meses

Servidor(a) Lotado(a)	Tipo de Ausência	Nº de dias
Aline Vasconcelos Silva	Licença para Tratamento de Saúde - Servidor RPPS	3
Aline Vasconcelos Silva	Licença Tratamento Pessoa da Família - Servidor	31
Cristina Carvalho Marchand	Afastamento Para Cursos, Congressos e Afins	3
Cristina Carvalho Marchand	Licença para Tratamento de Saúde - Servidor RPPS	4
Elena Beatriz Marcos Guilherme	Licença para Tratamento de Saúde - Servidor RPPS	44
Eulher Saraiva Rodrigues Junior	Licença para Tratamento de Saúde - Servidor RPPS	2
Isabelle Gonçalves Santos	Licença para Tratamento de Saúde - Servidor RPPS	1
Larissa Andrade Holowka	Licença para Tratamento de Saúde - Servidor RPPS	3
Lucas Magalhães De Oliveira Carvalho	Licença para Tratamento de Saúde - Servidor RPPS	4
Marcelo Mariano Teixeira	Licença Luto - Servidor RPPS	8
Marcia Bins Di Napoli	Licença para Tratamento de Saúde - Servidor RPPS	101
Sandra Maria Legemann de Barros	Licença Tratamento Pessoa da Família - Servidor	2

(Fonte: consulta ao PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT on line em 13/05/2025).

* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período considerado: somente são computadas as ausências ocorridas a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

Obs: os servidores que não constam na tabela acima não registraram afastamentos nos últimos doze meses.

3.2.4 Servidores em teletrabalho

A Diretora informa que há 3 servidores em regime de teletrabalho, são eles:

- Elena Beatriz Marcos Guilherme, em regime integral (PROAD 1526/2020);
- Larissa Andrade Holowka, em regime integral com condição especial (PROAD 7832/2024);
- Lucas Magalhães de Oliveira Carvalho, em regime integral (PROAD 7804/2020).



3.3 ESTAGIÁRIOS

	Estagiário(a)	Curso em Andamento	Data de Início	Data de Fim
1	Agda Aparecida Gaudencio de Oliveira	Direito	10/01/2025	09/01/2026
2	Fabiane Pontes Rodrigues	Direito	12/02/2025	11/07/2025

(Fonte: consulta ao PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT on line em 13/05/2025).

4 AUTOINSPEÇÃO

A autoinspeção ordinária anual foi implementada neste Regional pelo Provimento nº 275/2020 de 17/12/2020, em cumprimento às Diretrizes Estratégicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Conforme a Resolução Administrativa do Tribunal nº 38/2022, a autoinspeção é realizada no período de 07 a 20 de janeiro, tendo como escopo a adoção de providências visando à eliminação ou redução de possível atraso dos serviços existentes nas Unidades judiciárias.

Da análise do relatório constante no PROAD nº 7727/2024, a Unidade Judiciária detalhou a situação em que se encontravam os serviços no início e no término do período antes citado do ano de 2025, preenchendo o anexo constante do Provimento da Corregedoria Regional, que será analisado no item próprio 12.5 (12.5 ANÁLISE DA AUTOINSPEÇÃO).

5 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

A Unidade Judiciária será comparada com os resultados do seu agrupamento.

O agrupamento das Unidades é apurado com base tanto em sua localização geográfica, quanto no critério utilizado no Anexo III, da Resolução nº 219 do CNJ, no art. 8º, § 4º, da Resolução nº 296 do CSJT e no anexo I, da Portaria 1.230/22 deste Regional, para a estipulação da lotação paradigma das Unidades Judiciárias de 1º Grau – qual seja, a média trienal de casos novos nas fases de conhecimento e de cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial (considerando para tal fim, os três anos anteriores ao ano da apuração dos dados).

Desse modo, na medida em que a 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande apresentou no último triênio (2022-2024) uma média de 1.310 casos novos por ano, a Unidade se enquadra no agrupamento nº 3 (Unidades localizadas no interior do Estado com movimentação anual entre 1.001 e 1.500 processos).

5.1 FASE DE CONHECIMENTO

5.1.1 Evolução dos casos novos e processos solucionados

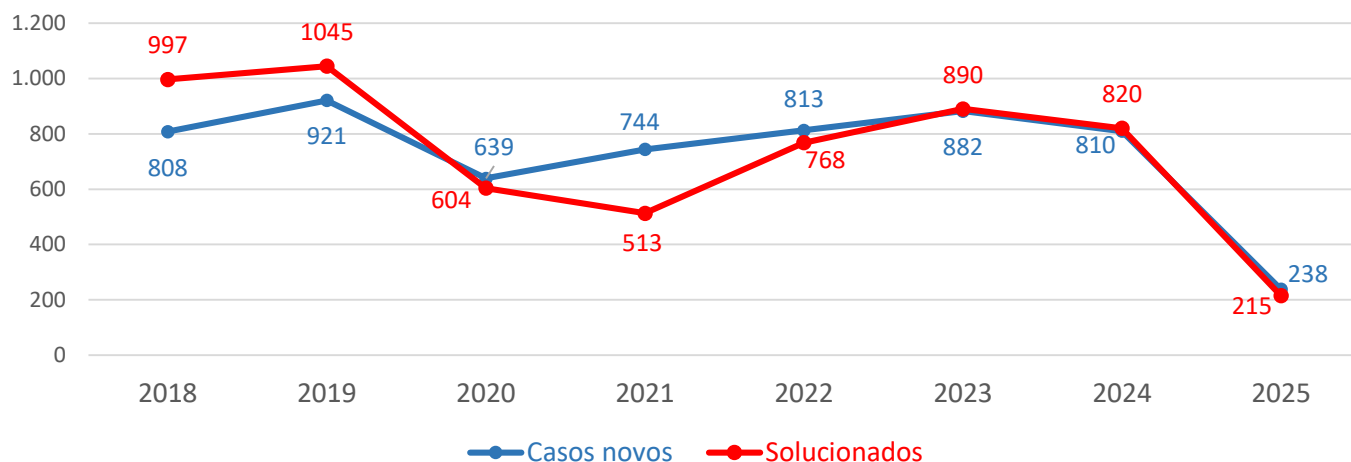
Os dados apontados a seguir, indicam os impactos da Reforma Trabalhista (Lei 13.467, vigente a partir de 11/11/2017), e da pandemia de COVID-19 (anos 2020 a 2022) na demanda (casos novos) e na produtividade (processos solucionados), da Unidade judiciária inspecionada. Com a evolução histórica de tais dados, é possível aferir o impacto dos eventos referidos na demanda e na produtividade.

3ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE				
Ano	Casos novos	Solucionados	Produtividade* na Unidade	Produtividade* no Agrupamento
2018	808	997	123,39%	146,20%
2019	921	1.045	113,46%	113,65%
2020	639	604	94,52%	81,13%
2021	744	513	68,95%	85,72%
2022	813	768	94,46%	98,84%
2023	882	890	100,91%	98,60%
2024	810	820	101,23%	89,84%
2025 (até 31/03)	238	215	90,34%	87,18%

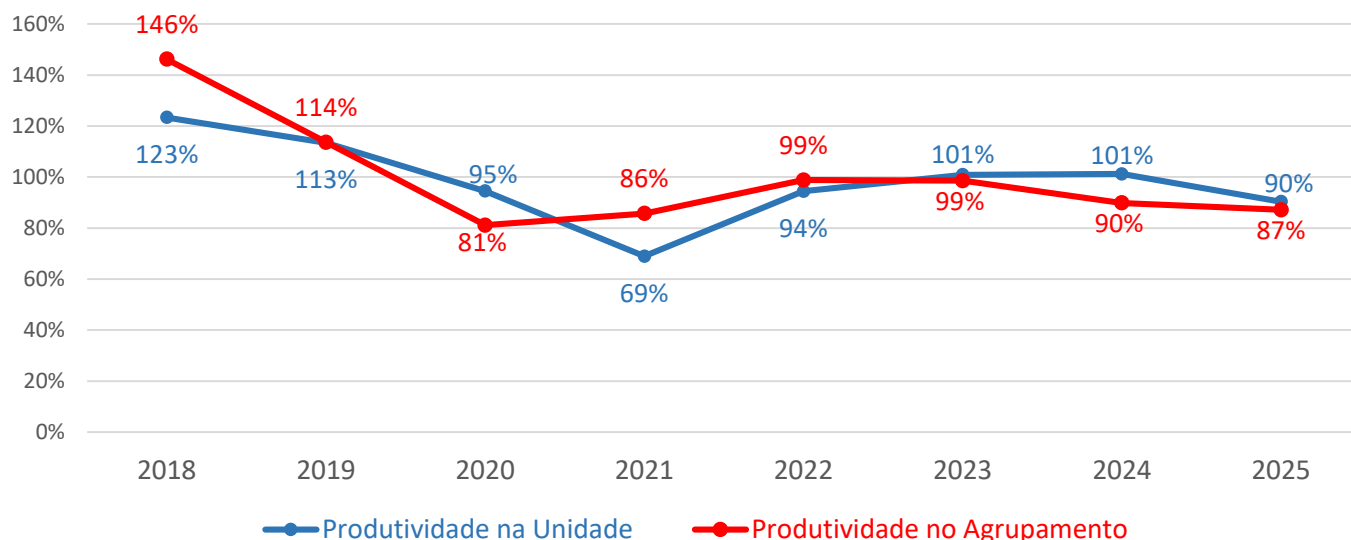
*Produtividade corresponde à divisão dos processos solucionados pelos casos novos



Casos novos X Solucionados



Produtividade



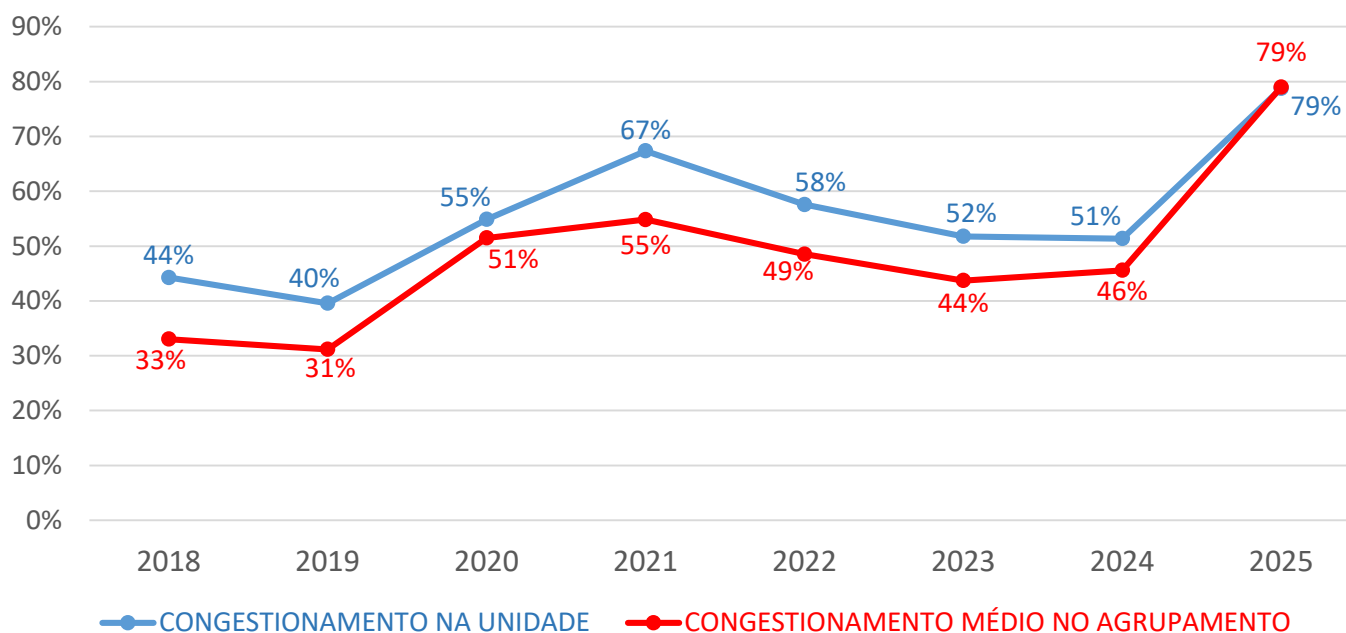
5.1.2 Congestionamento na fase de conhecimento

Corresponde ao percentual de processos não julgados nos últimos doze meses, em relação ao acervo de pendentes de julgamento.

CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL – FASE DE CONHECIMENTO									
Item Estatístico		2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
A	Pendentes em 31/12 do ano anterior	980	804	698	828	993	962	875	772
B	Casos novos + sentenças anuladas e reformadas	809	925	640	744	817	883	811	239
C	Total de processos pendentes de solução (A+B)	1.789	1.729	1.338	1.572	1.810	1.845	1.686	1.011
D	Processos solucionados	997	1.045	604	513	768	890	820	215
CONGESTIONAMENTO NA UNIDADE		44,27%	39,56%	54,86%	67,37%	57,57%	51,76%	51,36%	78,73%
CONGESTIONAMENTO MÉDIO NO AGRUPAMENTO		33,04%	31,16%	51,49%	54,82%	48,53%	43,71%	45,58%	78,97%



Congestionamento processual na fase de conhecimento

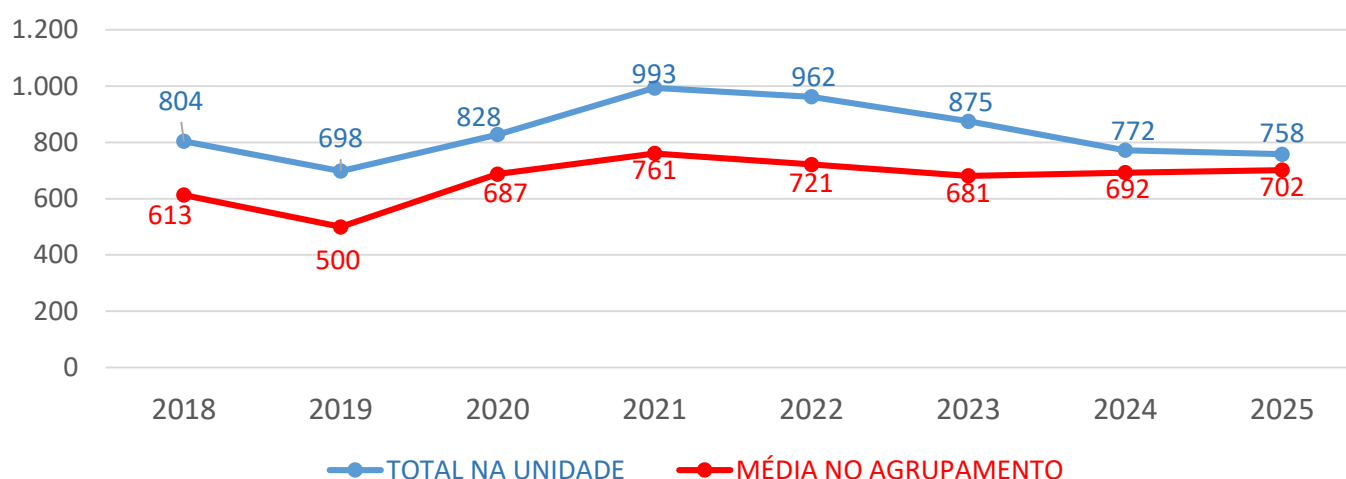


5.1.3 Situação dos processos pendentes no conhecimento

SITUAÇÃO DOS PENDENTES DE SOLUÇÃO – FASE DE CONHECIMENTO

Item Estatístico	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
Processos em instrução	552	492	791	862	824	646	452	491
Aguardando prolação de sentenças – no prazo	112	105	37	109	86	122	112	75
Aguardando prolação de sentenças – com prazo vencido	140	101	0	22	52	107	208	192
TOTAL NA UNIDADE	804	698	828	993	962	875	772	758
MÉDIA NO AGRUPAMENTO	613	500	687	761	721	681	692	702

Pendentes de solução no conhecimento





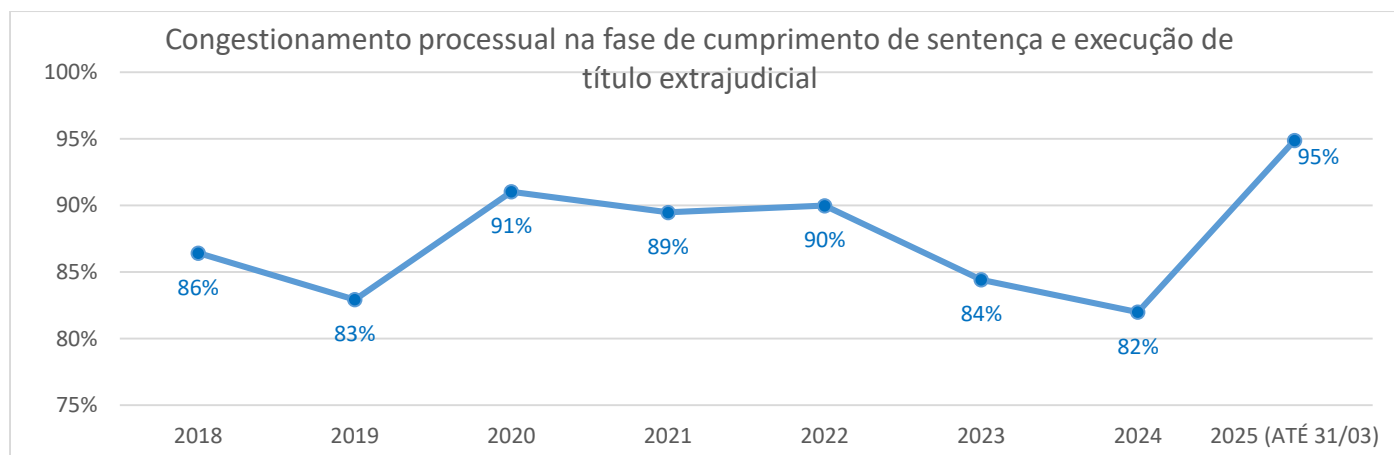
5.2 FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

5.2.1 Congestionamento na fase de cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial

Corresponde ao percentual de liquidações e execuções não finalizadas nos últimos doze meses, em relação ao acervo de pendentes de finalização.

CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL									
Item Estatístico		2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
A	Pendentes em 31/12 do ano anterior	1.956	2.084	2.128	2.452	2.507	2.703	3.004	3.119
B	Casos novos	454	516	568	362	479	858	832	182
C	Total de processos pendentes (A+B)	2.410	2.600	2.696	2.814	2.986	3.561	3.836	3.301
D	Processos finalizados	327	444	242	296	299	555	691	169
CONGESTIONAMENTO NA UNIDADE		86,43%	82,92%	91,02%	89,48%	89,99%	84,41%	81,99%	94,88%

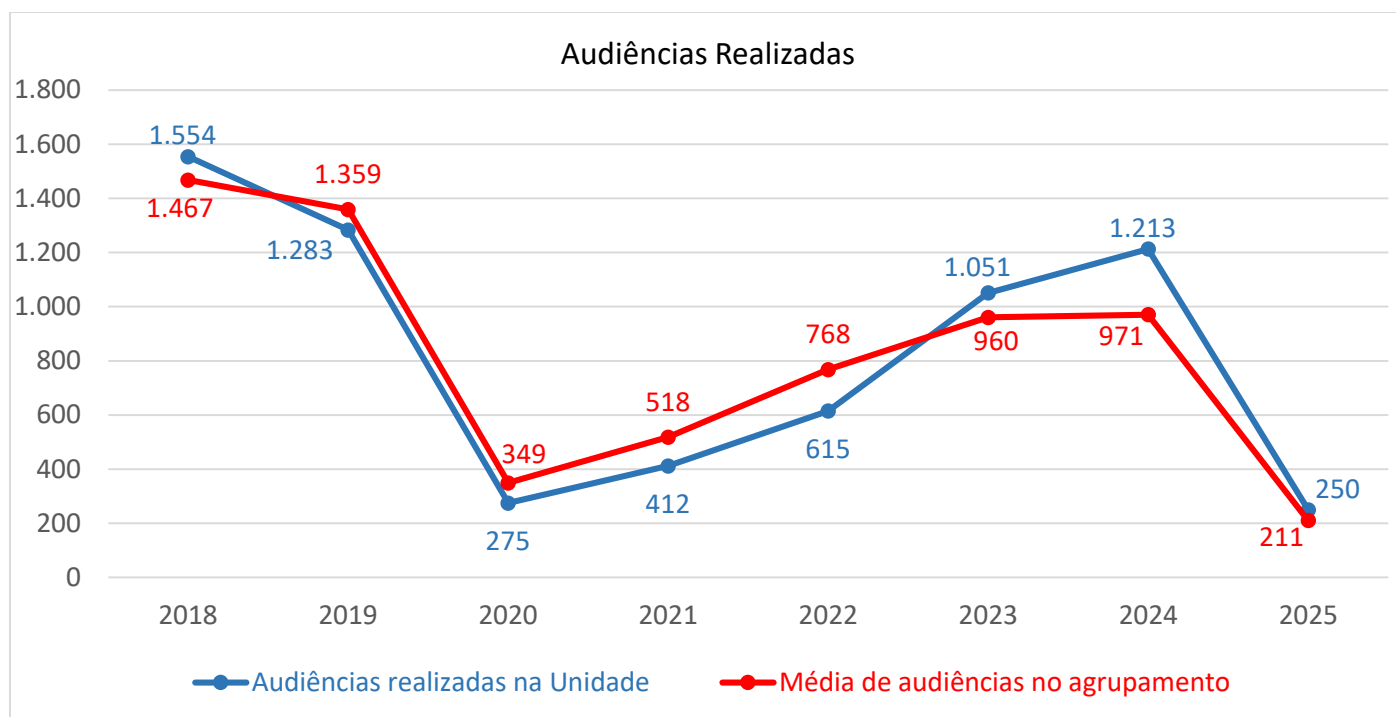
*A execução é considerada finalizada quando o processo é arquivado definitivamente.



6 AUDIÊNCIAS

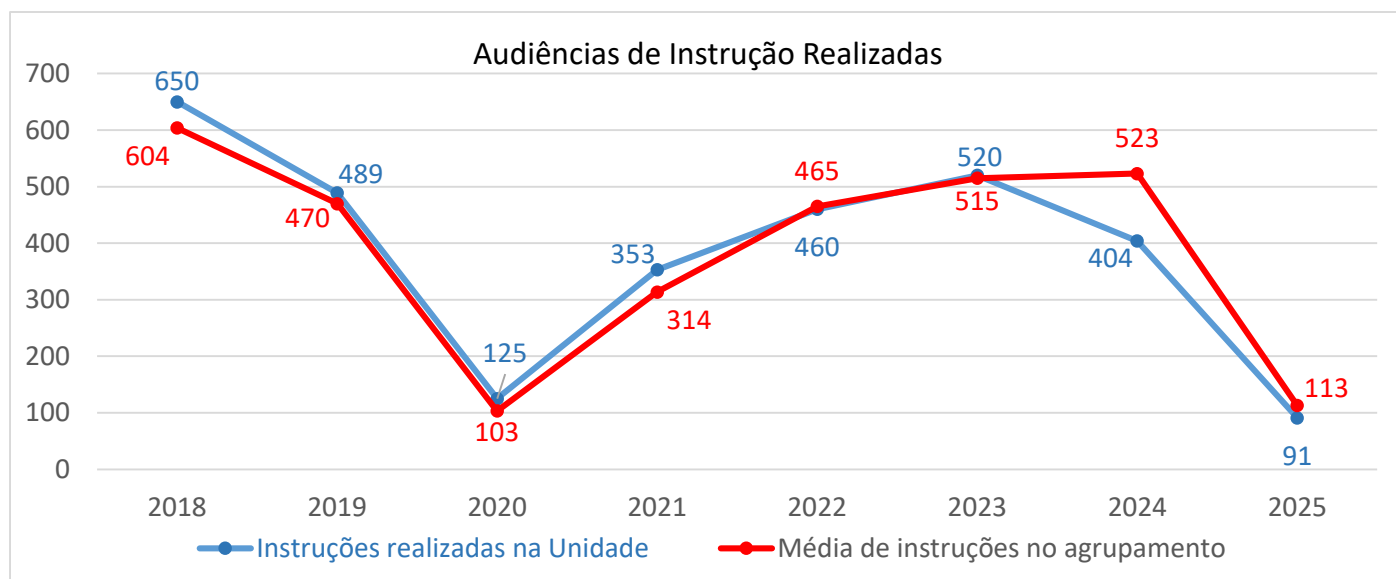
6.1 EVOLUÇÃO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS

3ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE			
Ano	Audiências realizadas na Unidade	Média de audiências no agrupamento	Unidade em relação ao agrupamento
2018	1.554	1.467	105,91%
2019	1.283	1.359	94,40%
2020	275	349	78,71%
2021	412	518	79,49%
2022	615	768	80,08%
2023	1.051	960	109,46%
2024	1.213	971	124,98%
2025 (até 31/03)	250	211	118,65%



6.2 EVOLUÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO REALIZADAS

3ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE			
Ano	Instruções realizadas na Unidade	Média de instruções no agrupamento	Unidade em relação ao agrupamento
2018	650	604	107,63%
2019	489	470	104,08%
2020	125	103	121,18%
2021	353	314	112,58%
2022	460	465	98,93%
2023	520	515	100,97%
2024	404	523	77,22%
2025 (até 31/03)	91	113	80,65%

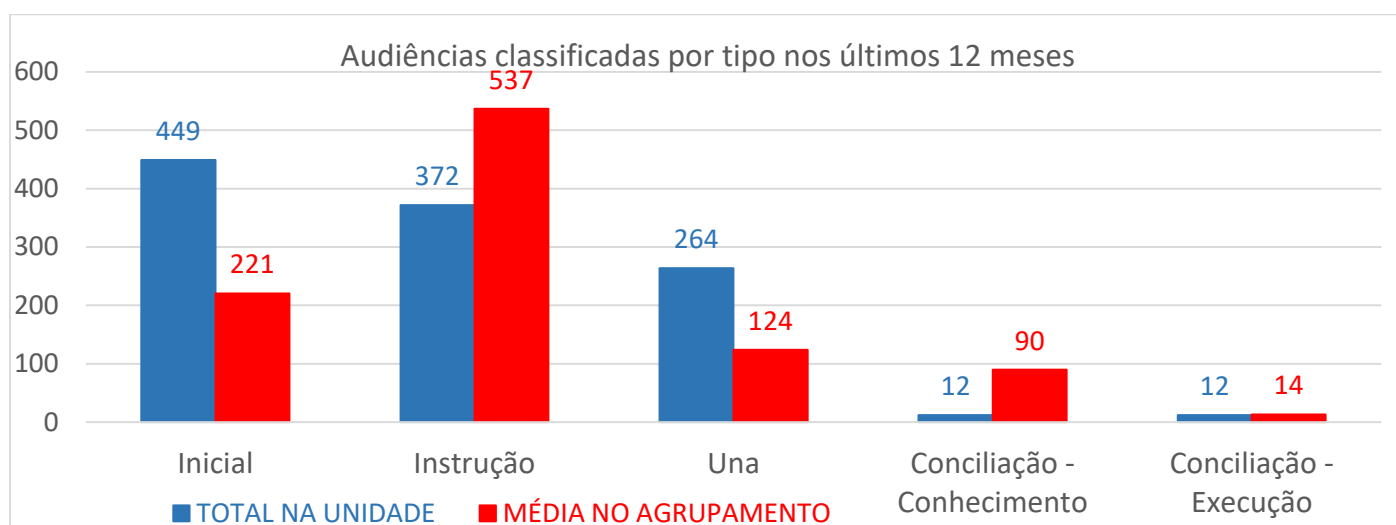




6.3 AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR TIPO E MAGISTRADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES

AUDIÊNCIAS REALIZADAS – PERÍODO DE 01/04/2024 a 31/03/2025

Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação (conhecimento)	Conciliação (execução)	TOTAL
Felipe Lopes Soares	166	122	74	3	3	368
Giovani Martins de Oliveira	283	250	190	9	9	741
TOTAL NA UNIDADE	449	372	264	12	12	1.109
MÉDIA NO AGRUPAMENTO	221	537	124	90	14	985



6.4. PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA – Item de exame e registro obrigatório (art.32, III, da CPCGJT)

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente na segunda, terça, quarta e quinta-feira. A composição média das sessões é especificada abaixo.

Periodicidade e Composição da Pauta do J1

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	3 I 2 U 2 P	3 I 2 U 2 P	-
Tarde	-	-	3 I 2 U 2 P	3 I 2 U 2 P	-

Periodicidade e Composição da Pauta do J2

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	2 U 2 P	2 U 2 P	-	-	-
Tarde	-	-	12 I	-	-

(Fonte: informações fornecidas pela Diretora de Secretaria Cristina Carvalho Marchand, em 05/05/2025)

Legenda

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

E – Audiências de conciliação em processos em fase de execução/liquidação

C – Audiências de conciliação em processos em fase de conhecimento



Com relação à organização das pautas, a Diretora de Secretaria diz que as audiências do J1 (iniciais e prosseguimentos), são em regra, presenciais - podendo ser transformadas em mistas ou por vídeo a requerimento das partes. As audiências iniciais do J2, são por vídeo e as de prosseguimento são em regra presenciais, podendo ser mistas, a requerimento das partes.

Com relação à realização de audiências de conciliação nas fases de conhecimento, liquidação e execução, e como são suas designações, a Diretora de Secretaria aduz que ambos os Magistrados realizam as audiências de conciliação a requerimento das partes.

Com relação ao procedimento utilizado pelos Juízes quando da colheita da prova oral, a Gestora informa que há transcrição dos depoimentos e que as audiências do Juízo 100% Digital e as audiências telepresenciais são gravadas. Não há utilização da ferramenta Escriba.

6.5 PAUTAS MARCADAS E LIVRES

Tipo	ÚLTIMA DATA MARCADA		PRÓXIMA DATA LIVRE	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	02/07/2025	08/07/2025	03/07/2025	08/07/2025
Una Sumaríssimo	02/07/2025	07/07/2025	02/07/2025	07/07/2025
Instrução	15/10/2025	20/10/2025	23/07/2025	28/10/2025
Tentativa de acordo em conhecimento	08/05/2025	-	-	-
Tentativa de acordo em liquidação/execução	-	-	-	-
CPIs	-	-	-	-

(Fonte: Informações fornecidas pela Diretora de Secretaria Cristina Carvalho Marchand em 05/05/2025)

A Diretora de Secretaria informa que eventualmente, processos que ficam fora da pauta de instrução aguardam a finalização de laudo pericial, ou prova a ser produzida em outro processo, nos casos de prova emprestada. Os processos ficam alocados no Cumprimento de Providências - com a tarefa específica, prazo e servidor responsável.

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Na tabela abaixo, apresenta-se o percentual de audiências canceladas e redesignadas com designação posterior, isto é, apontam-se apenas audiências adiadas para data futura.

NÚMERO DE AUDIÊNCIAS ADIADAS – PERÍODO DE 01/04/2024 a 31/03/2025			
Juízes	Audiências realizadas	Audiências canceladas/adiadas	Índice de adiamentos
Processos vinculados ao Juiz Titular	739	168	22,73%
Processos vinculados ao Juiz Substituto	370	143	38,65%
TOTAL	1.109	311	28,04%

Analisando-se a inspeção ocorrida no ano de 2024, constata-se que a Unidade apresentou um índice de adiamentos de 28,98%. Ressalta-se que houve recomendação na inspeção ocorrida no ano de 2024, para que se reduzisse o número de adiamentos para percentual não superior a 10%, o que ora se reitera.

6.7.OBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO ART. 847 DA CLT.

A discussão a respeito da realização ou não da audiência inicial, ganhou força a partir de 2022 quando, muito embora revogadas as normas oriundas do CNJ que permitiram a utilização excepcional do rito processual previsto no art. 335 do CPC, quanto à apresentação de defesa, essa prática continuou a ser adotada por algumas Unidades judiciárias no âmbito da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

A respeito desse tema, na última correição ordinária no TRT da 4ª Região, realizada em setembro/2024, foram aduzidas as seguintes conclusões e recomendações.



9. CONCILIAÇÃO

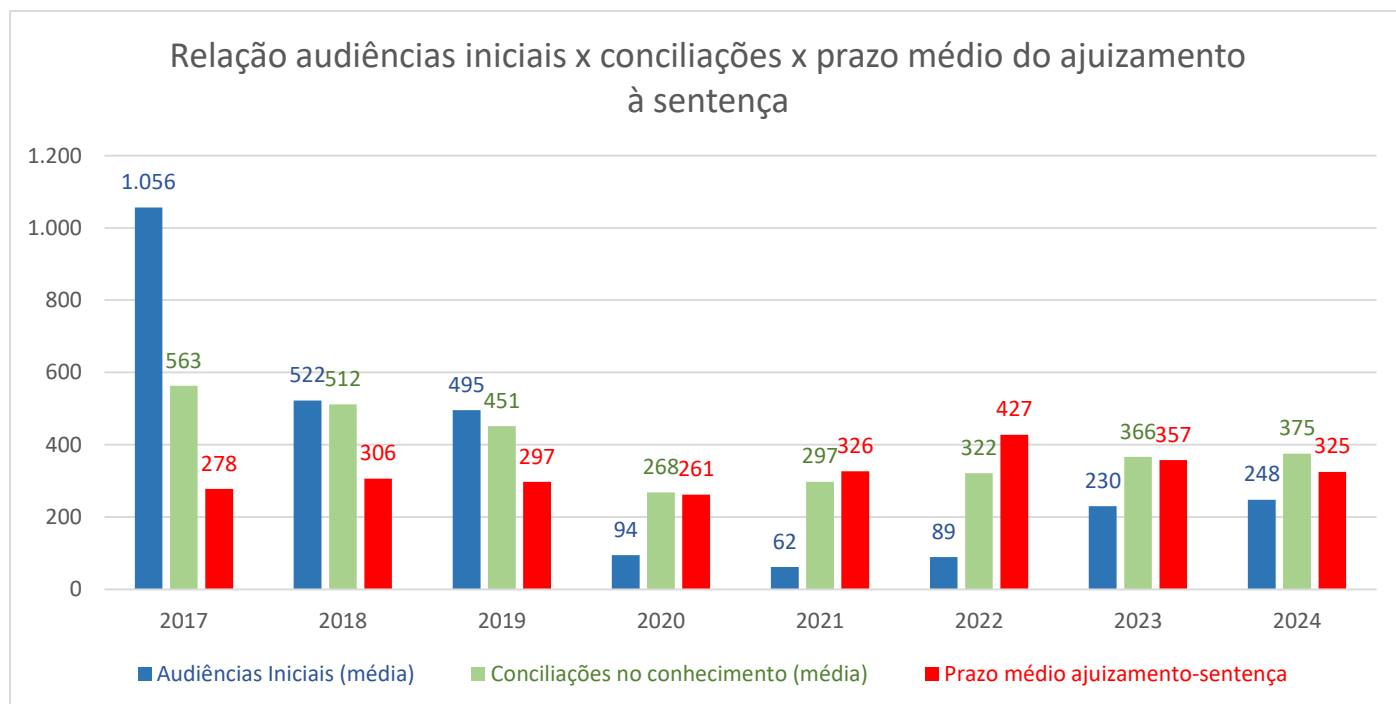
Ao ensejo, chegou ao conhecimento da Ministra Corregedora-Geral, por ocasião da audiência pública com a advocacia trabalhista gaúcha, de que vários juízes de 1º grau não realizam audiência inicial, ou seja, adotam o procedimento previsto no art. 335 do CPC, aplicado no âmbito da Justiça do Trabalho de forma excepcional no período de pandemia, o que não mais se justifica no atual momento. Na visão da Ministra Corregedora-Geral, o procedimento próprio do processo trabalhista, insculpido no art. 847 da CLT, por si só, já afastaria a necessidade de aplicação subsidiária do CPC. Ademais, a Ministra Corregedora-Geral alerta os magistrados atuantes no 1º grau de jurisdição acerca das consequências negativas que podem advir de tal procedimento, como o esvaziamento dos fóruns trabalhistas, o prejuízo à tentativa conciliatória e as comprovadas distorções causadas no sistema PJe, com inevitáveis impactos nos dados estatísticos produzidos pelo sistema e-Gestão. No particular, registra-se que a não realização de audiência implica a inexistência de registro da audiência inicial no sistema PJe, alargando sobremaneira o tempo médio aferido entre o protocolo da ação e a 1ª audiência, considerando que, para o sistema, a audiência de instrução ou de encerramento assumirá a condição de 1ª audiência realizada no processo. Bem por isso, entende que a Presidência do Tribunal e a Corregedoria Regional devem atuar em conjunto, a fim de sensibilizar os magistrados do 1º grau de jurisdição acerca da necessidade de observância ao procedimento previsto na CLT.

(...) IV - RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES DECORRENTES DESTA VISITA CORREICIONAL RECOMENDAÇÕES À PRESIDÊNCIA

19. Considerando que o regramento aplicável aos CEJUSCs permite que, frustrada a conciliação, a parte demandada poderá apresentar a defesa em momento posterior à audiência inaugural, e considerando que vários magistrados do 1º grau ainda insistem no procedimento previsto no art. 335 do CPC, a despeito do procedimento próprio do processo trabalhista, insculpido no art. 847 da CLT, com impactos negativos nos sistemas PJe e e-Gestão, recomenda-se à Presidência e à Corregedoria Regional que atuem em conjunto, a fim de sensibilizar os magistrados do 1º grau de jurisdição acerca da necessidade de observância ao procedimento previsto na CLT (ITEM 10 - CONCILIAÇÃO)

A fim de reforçar as razões elencadas pela Exmª Ministra Corregedora, que por si só já seriam suficientes para recomendar aos Magistrados que retomassem (para aqueles que deixaram de fazê-lo), a adoção do rito próprio previsto no art. 847 da CLT, assim como dispõem a doutrina e jurisprudência pátrios, foi elaborado gráfico comparativo levando em consideração o número de audiências iniciais realizadas pelas juízas e pelos juízes no TRT4, o tempo médio de duração do processo entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença, bem como o volume de acordos firmados no conhecimento, abrangendo o período de 1º/01/2017 a 31/12/2024.



Nos três anos anteriores à pandemia do Covid-19 (2017 a 2019), o número médio de audiências iniciais por Unidade caiu de 1.056 em 2017, para 495 em 2019 (queda de 53,13%); por sua vez, o número



médio de conciliações no mesmo período, caiu de 563 para 451 (redução de 19,89%); finalmente, o prazo médio do ajuizamento à prolação da sentença subiu de 278 para 297 dias (elevação de 6,83%). Portanto, quanto menor o número de audiências iniciais, menor o número de conciliações e maior o prazo médio.

Por sua vez, a análise dos três anos posteriores ao período da pandemia (2022 a 2024), informam que o número médio de audiências iniciais por Unidade, subiu de 89 em 2022, para 248 em 2024 (elevação de 178,65%); da mesma forma, o número médio de processos solucionados por acordo subiu de 322 em 2022, para 375 em 2024 (aumento de 16,46%); e, por fim, o prazo médio do ajuizamento à prolação de sentença caiu de 427 para 325 dias no mesmo período (queda de 23,89%).

A análise do gráfico comparativo leva às seguintes conclusões:

- quando realizada a sessão inicial da audiência, o Juiz saneia o processo de imediato, designa eventuais perícias e apraza a sessão de instrução, já com as determinações referentes às testemunhas, entre outros atos; esta concentração implica diretamente em um menor tempo médio de duração do processo.
- a atuação direta e presencial do Juiz, em contato imediato com as partes e procuradores, deriva em uma maior qualidade na atuação jurisdicional, pois na audiência inicial o Magistrado pode explicar as circunstâncias do caso e aplicar as técnicas de conciliação; o número de conciliações, por decorrência, é maior.

Na visão da Corregedoria e da Vice-Corregedoria Regional, assim como dispõem a doutrina e jurisprudência, o trabalho de saneamento do processo feito na audiência inicial reduz o trabalho de secretaria e o número de notificações, simplificando a tramitação do processo. O processo do trabalho foi concebido para ser oral, o que se vislumbra com intensidade na doutrina, jurisprudência e observância dos Princípios que regem a Justiça do Trabalho.

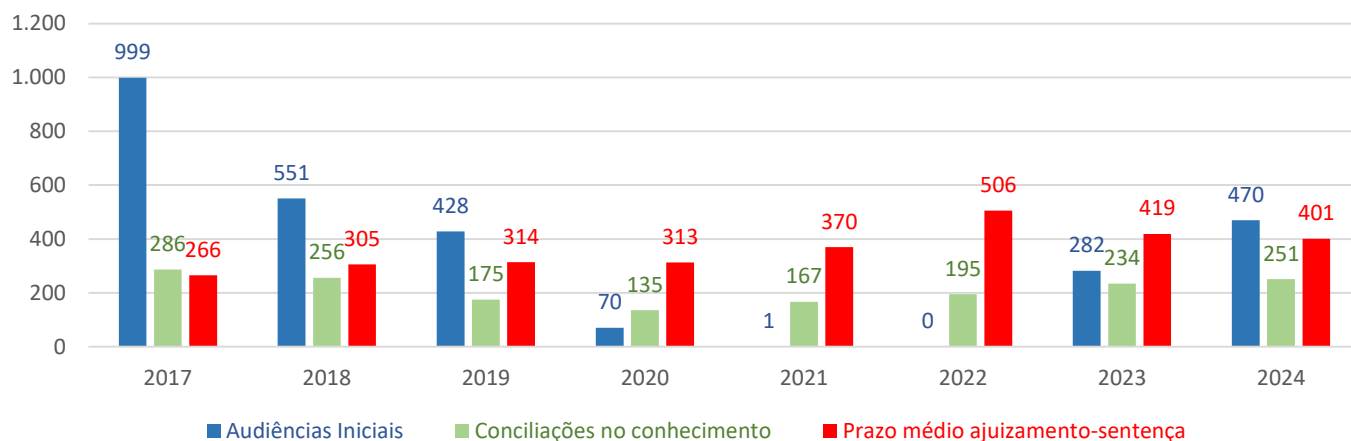
Pontua-se, ainda, que em âmbito nacional no ano de 2024, a média dos TRTs do Brasil em relação ao prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença, foi de 197,40 dias. Quando considerados apenas os Tribunais de grande porte (TRT1, TRT2, TRT3, TRT4 e TRT15) essa média alcançou 229,08 dias.

6.7.1 IMPACTO DA REALIZAÇÃO (OU NÃO), DE AUDIÊNCIA INICIAL NA UNIDADE CORREICIONADA

Na Unidade ora correccionada, o Juiz Titular adequadamente, observa o rito previsto no art. 847 da CLT. Conforme apontado no item 6.3, no período de 1º/4/2024 a 31/3/2025, foram realizadas 449 audiências iniciais na Unidade judiciária, número superior ao dobro da média de audiências iniciais no respectivo agrupamento (221). Ademais, o aumento do número de audiências realizadas em 2024, na comparação com os números da própria Unidade em 2023, também é acompanhado pelo aumento no número de conciliações e na sensível redução do prazo médio do ajuizamento à sentença.



Relação audiências iniciais x conciliações x prazo médio do ajuizamento à sentença

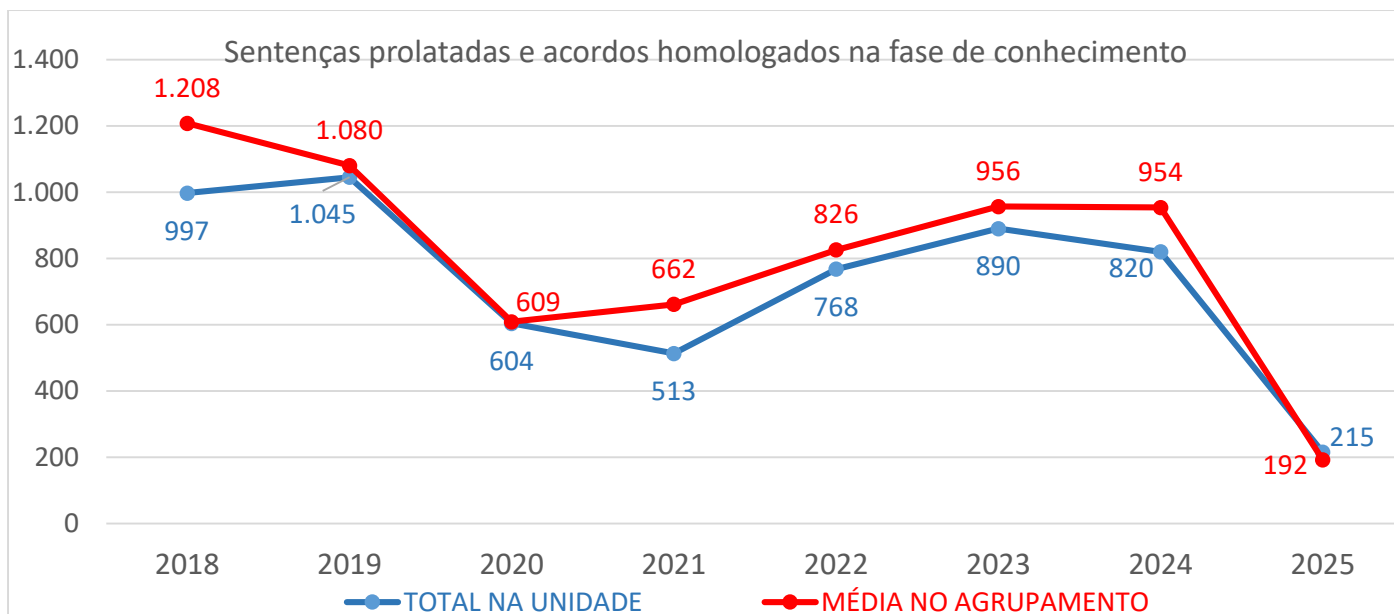


Nesse passo, diante dos dados aqui demonstrados, recomenda-se que a Unidade continue observando o procedimento previsto no art. 847 da CLT, na forma inclusive do disposto na Recomendação Conjunta GP.GCR.TRT4 nº 01, de 25 de fevereiro de 2025, de forma a assegurar a realização da audiência inicial, bem como a apresentação da defesa escrita até a audiência (à exceção de casos excepcionais devidamente fundamentados, quando se fizer necessária a adoção do procedimento previsto no artigo 335 do CPC).

7 SENTENÇAS

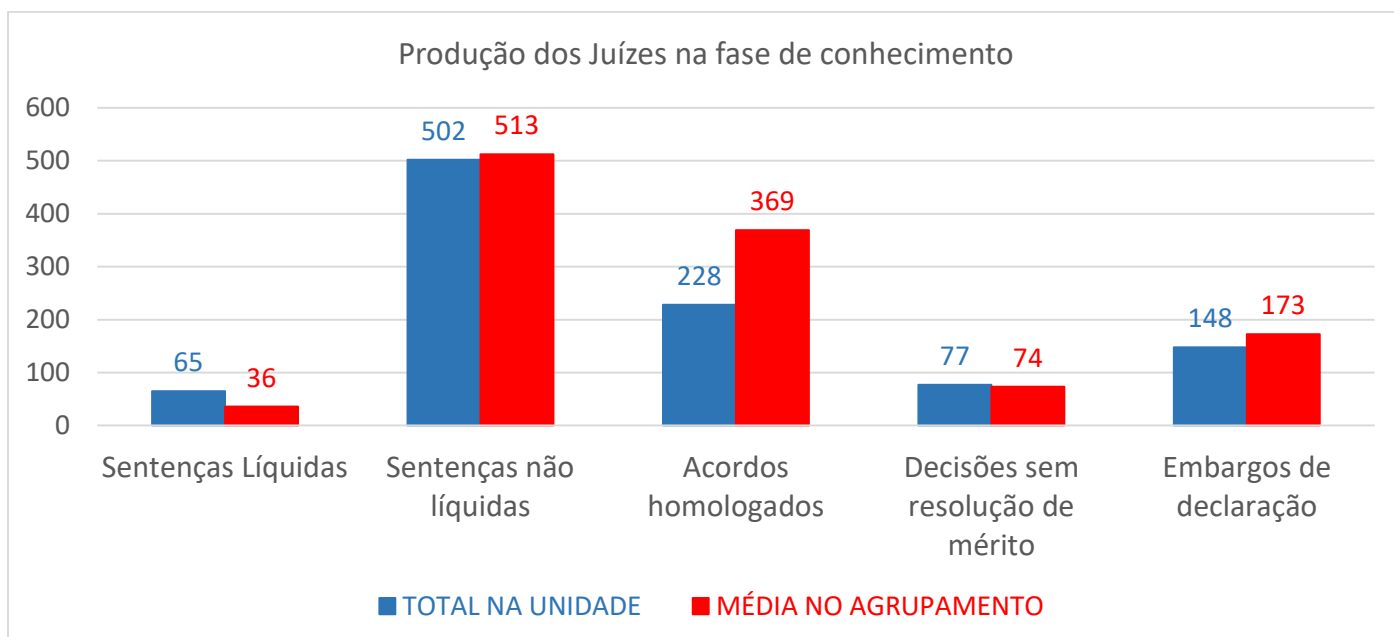
7.1 EVOLUÇÃO ANUAL DE SENTENÇAS PROLATADAS E ACORDOS HOMOLOGADOS NA FASE DE CONHECIMENTO

SENTENÇAS PROLATADAS E ACORDOS HOMOLOGADOS NA FASE DE CONHECIMENTO								
Item Estatístico	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
Conciliações	256	175	135	167	195	234	251	38
Julgamentos com resolução de mérito	610	729	408	299	538	620	497	155
Julgamentos sem resolução de mérito	131	141	61	47	35	36	72	22
TOTAL NA UNIDADE	997	1.045	604	513	768	890	820	215
MÉDIA NO AGRUPAMENTO	1.208	1.080	609	662	826	956	954	192



7.2 PRODUÇÃO DOS JUÍZES NA FASE DE CONHECIMENTO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES

PRODUÇÃO DOS JUÍZES					
PERÍODO: 01/04/2024 a 31/03/2025					
Juiz (a)	Sentenças líquidas	Sentenças não líquidas	Acordos homologados	Decisões sem resolução de mérito	Embargos de declaração
Alberto Rozman de Moraes	0	2	0	0	1
Amanda Brazaca Boff	0	3	0	0	1
André Sessim Parienti	0	3	0	0	0
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	1	38	0	1	5
Felipe Lopes Soares	48	133	96	26	52
Giovani Martins de Oliveira	16	323	132	50	89
TOTAL NA UNIDADE	65	502	228	77	148
MÉDIA NO AGRUPAMENTO	36	513	369	74	173





7.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA/DECISÕES COM PRAZO LEGAL EXCEDIDO

A Vice-Corregedoria Regional dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de trinta dias úteis, em atenção ao disposto nos arts. 226, III, do Código de Processo Civil, e 775 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A consulta efetuada no dia 15/05/2025 ao Painel do Juiz - "Pendentes com o Juiz", referente aos dados de 14/05/2025, às 14 horas e 12 minutos, resultou nos seguintes processos vencidos há mais de 30 dias

	Data da conclusão	Magistrado	Dias úteis	Processo	Item Estatístico
Juiz Titular Giovani Martins de Oliveira					
1.	10/04/2024	Giovani Martins de Oliveira	184	0020880-46.2016.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
2.	31/05/2024	Giovani Martins de Oliveira	170	0020068-03.2013.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
3.	18/06/2024	Giovani Martins de Oliveira	170	0020109-86.2021.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
4.	25/06/2024	Giovani Martins de Oliveira	167	0020434-27.2022.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
5.	01/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	163	0020643-98.2019.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
6.	01/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	163	0020551-81.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
7.	03/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	161	0000137-88.2011.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
8.	03/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	161	0020543-07.2023.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
9.	05/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	160	0020480-79.2023.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
10.	08/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	159	0020032-78.2024.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
11.	08/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	159	0020040-55.2024.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
12.	08/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	159	0020541-37.2023.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
13.	15/01/2024	Giovani Martins de Oliveira	158	0020617-95.2022.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
14.	11/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	156	0041500-60.2008.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
15.	12/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	155	0020058-46.2019.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
16.	12/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	155	0020361-24.2023.5.04.0122*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
17.	15/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	154	0020017-12.2024.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
18.	15/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	154	0020589-35.2019.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
19.	15/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	154	0020496-33.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

20.	16/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	153	0020305-32.2016.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
21.	16/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	153	0020402-32.2016.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
22.	16/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	153	0020619-65.2022.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
23.	04/04/2024	Giovani Martins de Oliveira	152	0020251-19.2023.5.04.0124	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
24.	17/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	152	0020016-27.2024.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
25.	19/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	150	0020722-38.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
26.	19/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	150	0020835-31.2023.5.04.0013*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
27.	22/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	149	0020529-23.2023.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
28.	25/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	146	0020844-61.2017.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
29.	29/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	144	0020085-87.2023.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
30.	30/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	143	0020858-35.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
31.	18/07/2024	Giovani Martins de Oliveira	141	0020494-63.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
32.	02/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	140	0020071-66.2024.5.04.0124*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
33.	02/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	140	0020459-06.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
34.	05/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	139	0020392-41.2023.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
35.	07/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	137	0020417-30.2018.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
36.	07/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	137	0020492-11.2014.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
37.	08/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	136	0020524-98.2023.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
38.	22/03/2019	Giovani Martins de Oliveira	135	0020267-49.2018.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
39.	15/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	131	0020176-52.2024.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
40.	15/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	131	0020186-96.2024.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
41.	15/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	131	0020189-51.2024.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
42.	15/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	131	0020533-60.2023.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
43.	15/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	131	0111700-92.2008.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

44.	19/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	129	0000057-27.2011.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
45.	19/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	129	0020814-16.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
46.	19/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	129	0020819-38.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
47.	29/04/2024	Giovani Martins de Oliveira	128	0020444-37.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
48.	20/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	128	0020021-43.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
49.	20/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	128	0020646-14.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
50.	20/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	128	0020775-19.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
51.	22/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	126	0020631-45.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
52.	23/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	125	0020233-70.2024.5.04.0121	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
53.	23/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	125	0020772-64.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
54.	26/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	124	0020850-55.2023.5.04.0124	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
55.	27/08/2024	Giovani Martins de Oliveira	123	0020597-41.2021.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
56.	02/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	119	0020401-66.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
57.	02/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	119	0020677-34.2023.5.04.0123**	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
58.	02/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	119	0020737-07.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
59.	03/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	118	0020886-47.2016.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
60.	03/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	118	0020012-81.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
61.	06/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	115	0020005-89.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
62.	13/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	110	0020279-53.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
63.	13/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	110	0020421-91.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

64.	23/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	105	0020525-25.2019.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
65.	23/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	105	0020438-64.2022.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
66.	27/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	101	0020060-40.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
67.	27/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	101	0020291-67.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
68.	27/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	101	0020430-19.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
69.	27/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	101	0020852-28.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
70.	27/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	101	0020859-20.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
71.	30/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	100	0020219-80.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
72.	30/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	100	0020280-38.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
73.	30/09/2024	Giovani Martins de Oliveira	100	0020397-29.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
74.	10/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	93	0020103-42.2022.5.04.0124	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
75.	11/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	92	0000877-80.2010.5.04.0121*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
76.	11/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	92	0020583-91.2020.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
77.	11/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	92	0020042-19.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
78.	11/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	92	0020552-66.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
79.	11/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	92	0020758-22.2019.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
80.	16/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	89	0020461-39.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
81.	18/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	87	0020125-35.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
82.	18/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	87	0020449-59.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
83.	18/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	87	0020865-27.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
84.	21/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	86	0020749-89.2021.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

85.	24/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	83	0020804-35.2023.5.04.0005*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
86.	28/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	81	0020025-80.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
87.	28/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	81	0020107-14.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
88.	28/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	81	0020129-69.2024.5.04.0124*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
89.	28/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	81	0020691-18.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
90.	28/10/2024	Giovani Martins de Oliveira	81	0020807-24.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
91.	04/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020234-49.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
92.	04/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020512-84.2023.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
93.	04/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020693-85.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
94.	04/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020783-93.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
95.	05/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020307-21.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
96.	06/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020810-86.2017.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
97.	07/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020563-61.2024.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
98.	07/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020794-25.2023.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
99.	12/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020130-57.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
100.	12/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020163-47.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
101.	12/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020290-82.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
102.	12/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020336-68.2024.5.04.0124	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
103.	12/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020444-71.2022.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
104.	13/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020658-28.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
105.	13/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020680-86.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

106.	13/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020274-31.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
107.	14/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020648-81.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
108.	18/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020576-94.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
109.	18/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020228-42.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
110.	18/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020243-11.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
111.	19/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020578-64.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
112.	22/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020521-27.2015.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
113.	25/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020734-18.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
114.	26/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020434-56.2024.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
115.	26/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020436-26.2024.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
116.	26/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020592-14.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
117.	27/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020319-69.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
118.	27/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020682-27.2021.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
119.	28/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0021146-90.2017.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
120.	28/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020856-12.2016.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
121.	28/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020227-57.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
122.	29/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020581-19.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
123.	29/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020681-71.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
124.	29/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020931-85.2015.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
125.	29/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020113-21.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
126.	02/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020644-44.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
127.	03/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	79	0020064-19.2020.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
128.	04/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	78	0020286-79.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
129.	05/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	77	0020400-18.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

130.	06/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	76	0020124-21.2022.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
131.	06/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	76	0020696-40.2023.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
132.	06/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	76	0020788-18.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
133.	09/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	75	0020225-87.2024.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
134.	09/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	75	0020628-90.2023.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
135.	13/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	71	0020268-58.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
136.	16/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	70	0020448-26.2013.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
137.	19/12/2024	Giovani Martins de Oliveira	67	0020597-07.2022.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
138.	07/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	66	0020087-23.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
139.	07/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	66	0020289-34.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
140.	07/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	66	0020296-26.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
141.	07/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	66	0020315-95.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
142.	07/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	66	0020338-75.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
143.	07/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	66	0020626-23.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
144.	07/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	66	0020714-27.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
145.	08/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	65	0020268-63.2020.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
146.	08/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	65	0020604-77.2014.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
147.	08/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	65	0020880-93.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
148.	12/11/2024	Giovani Martins de Oliveira	64	0020564-46.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
149.	10/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	63	0020134-65.2022.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
150.	14/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	61	0020388-14.2017.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
151.	20/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	57	0076600-67.1994.5.04.0121	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

152.	22/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	55	0020186-61.2022.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
153.	23/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	54	0020041-44.2018.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
154.	24/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	53	0020090-75.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
155.	24/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	53	0020147-93.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
156.	24/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	53	0020148-78.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
157.	24/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	53	0020180-83.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
158.	24/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	53	0020211-06.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
159.	24/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	53	0020288-15.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
160.	29/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	50	0020306-75.2020.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
161.	29/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	50	0121500-91.2001.5.04.0121	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
162.	31/01/2025	Giovani Martins de Oliveira	48	0020793-40.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
163.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	47	0020140-04.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
164.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	47	0020178-16.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
165.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	47	0020181-68.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
166.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	47	0020242-60.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
167.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	47	0020247-48.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
168.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	47	0020343-60.2024.5.04.0124	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
169.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	47	0020708-20.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
170.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	47	0020762-83.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
171.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	46	0020777-86.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
172.	04/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	46	0070500-88.1997.5.04.0122	Embargos de declaração pendentes com o Juiz



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

173.	04/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	46	0020524-35.2022.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
174.	04/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	46	0020605-28.2015.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
175.	05/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	45	0020237-04.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
176.	05/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	45	0020299-44.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
177.	05/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	45	0020587-89.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
178.	05/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	45	0020627-71.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
179.	05/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	45	0020695-21.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
180.	05/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	45	0020780-07.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
181.	05/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	45	0020791-70.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
182.	06/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	44	0020124-31.2016.5.04.0123*	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
183.	06/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	44	0020357-23.2019.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
184.	10/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	42	0020032-72.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
185.	10/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	42	0020208-51.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
186.	10/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	42	0020294-22.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
187.	11/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	41	0020224-05.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
188.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020476-08.2024.5.04.0123*	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
189.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020487-71.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
190.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020500-70.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
191.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020506-80.2023.5.04.0122	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
192.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020516-24.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
193.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020537-06.2023.5.04.0121	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

194.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020543-13.2023.5.04.0121	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
195.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020592-48.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
196.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020682-56.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
197.	12/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	40	0020822-90.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
198.	13/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	39	0020569-73.2021.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
199.	03/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	37	0020246-63.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
200.	17/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	37	0020817-34.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
201.	18/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	36	0020090-51.2019.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
202.	18/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	36	0020187-75.2024.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
203.	18/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	36	0020697-25.2023.5.04.0123	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
204.	20/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	34	0020169-59.2021.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
205.	20/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	34	0020063-78.2013.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
206.	20/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	34	0020226-78.2024.5.04.0121	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
207.	20/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	34	0020509-92.2024.5.04.0124	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
208.	24/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	32	0020495-48.2023.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
209.	24/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	32	0020092-50.2021.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
210.	24/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	32	0020727-07.2016.5.04.0123	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes com o Juiz
211.	26/02/2025	Giovani Martins de Oliveira	30	0020466-61.2024.5.04.0123	Embargos de declaração pendentes com o Juiz
Juiz Substituto Felipe Lopes Soares					
1.	01/04/2025	Felipe Lopes Soares	38	0020045-37.2025.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
2.	08/04/2025	Felipe Lopes Soares	33	0020258-77.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
3.	08/04/2025	Felipe Lopes Soares	33	0020265-69.2024.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença



4.	09/04/2025	Felipe Lopes Soares	32	0020053-14.2025.5.04.0123*	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
5.	11/04/2025	Felipe Lopes Soares	30	0020741-10.2024.5.04.0123**	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença
					Total: 216 processos

*Processos em que publicada sentença entre a data da consulta e a do encerramento deste relatório.

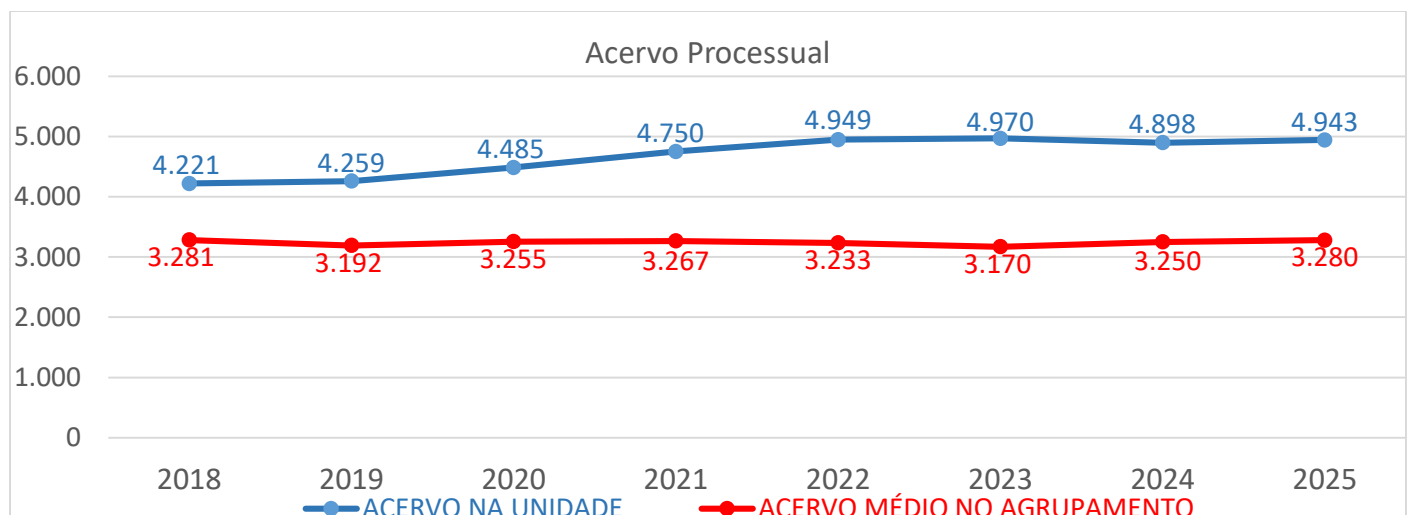
**Processos convertidos em diligência entre a data da consulta e a do encerramento deste relatório.

8 ACERVO

Corresponde ao total de processos tramitando na Unidade. Seu valor é obtido pelo somatório dos processos pendentes de finalização das fases de conhecimento, liquidação e execução, bem como das cartas precatórias e cartas de ordem pendentes de cumprimento.

EVOLUÇÃO DO ACERVO PROCESSUAL NA UNIDADE								
Item Estatístico	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
Pendentes de solução no conhecimento	804	698	828	993	962	875	772	758
Pendentes de finalização no conhecimento	1.316	1.419	1.196	1.241	1.275	1.085	1.002	1.065
Pendentes de finalização no cumprimento de sentença	2.084	2.128	2.452	2.507	2.703	3.004	3.119	3.111
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	17	14	9	9	9	6	5	9
ACERVO NA UNIDADE	4.221	4.259	4.485	4.750	4.949	4.970	4.898	4.943
ACERVO MÉDIO NO AGRUPAMENTO	3.281	3.192	3.255	3.267	3.233	3.170	3.250	3.280

* O item "pendentes de solução no conhecimento", se refere a processos nos quais ainda não foi prolatada sentença, ao passo que o item "pendentes de finalização no conhecimento", se refere a processos nos quais o mérito já foi julgado, mas ainda faltam atos formais para encerrar a fase de conhecimento.



9 PRAZO / IDADE MÉDIA – Item de exame e registro obrigatório (art.32, IV, da CPC/GJT)

O tempo de tramitação processual será analisado em relação a dois aspectos: prazo médio e idade média.

O prazo médio indica o tempo de tramitação em dias, em que um conjunto de processos esteve em determinada fase ou situação. Consideram-se apenas os processos que atingiram em um período de referência, o termo final da respectiva fase ou etapa. Indica, portanto, uma situação passada. Assim, o encerramento de processos mais antigos, gera um aumento do prazo médio de tramitação da Unidade, e, portanto, um indicador de prazo médio alto não necessariamente é um aspecto negativo.

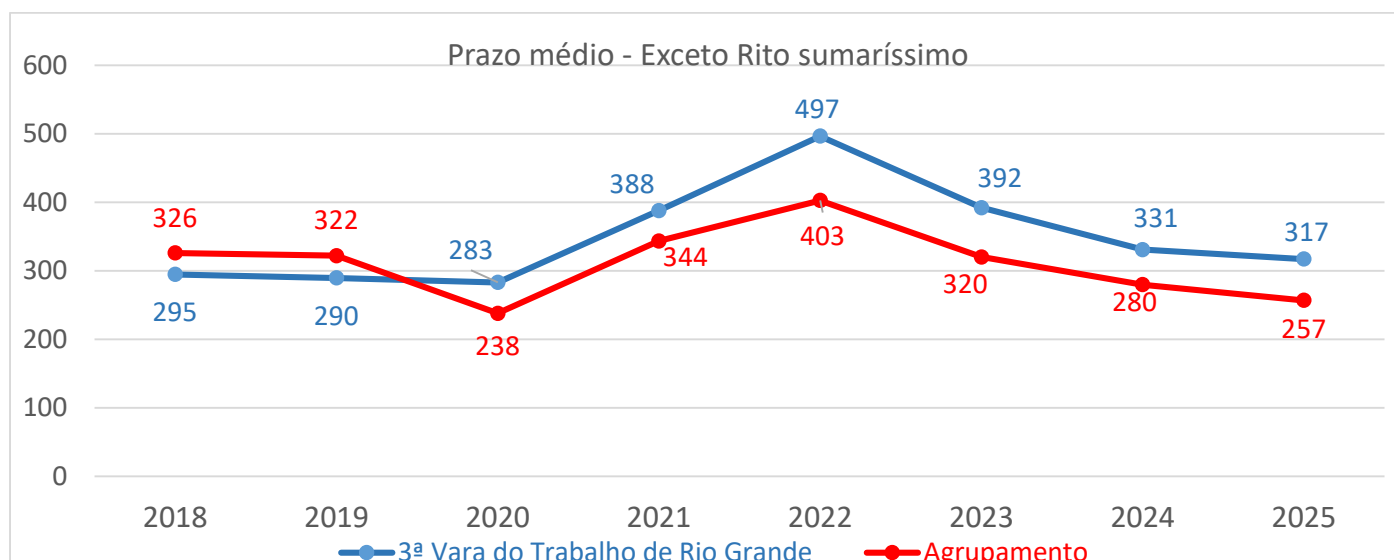
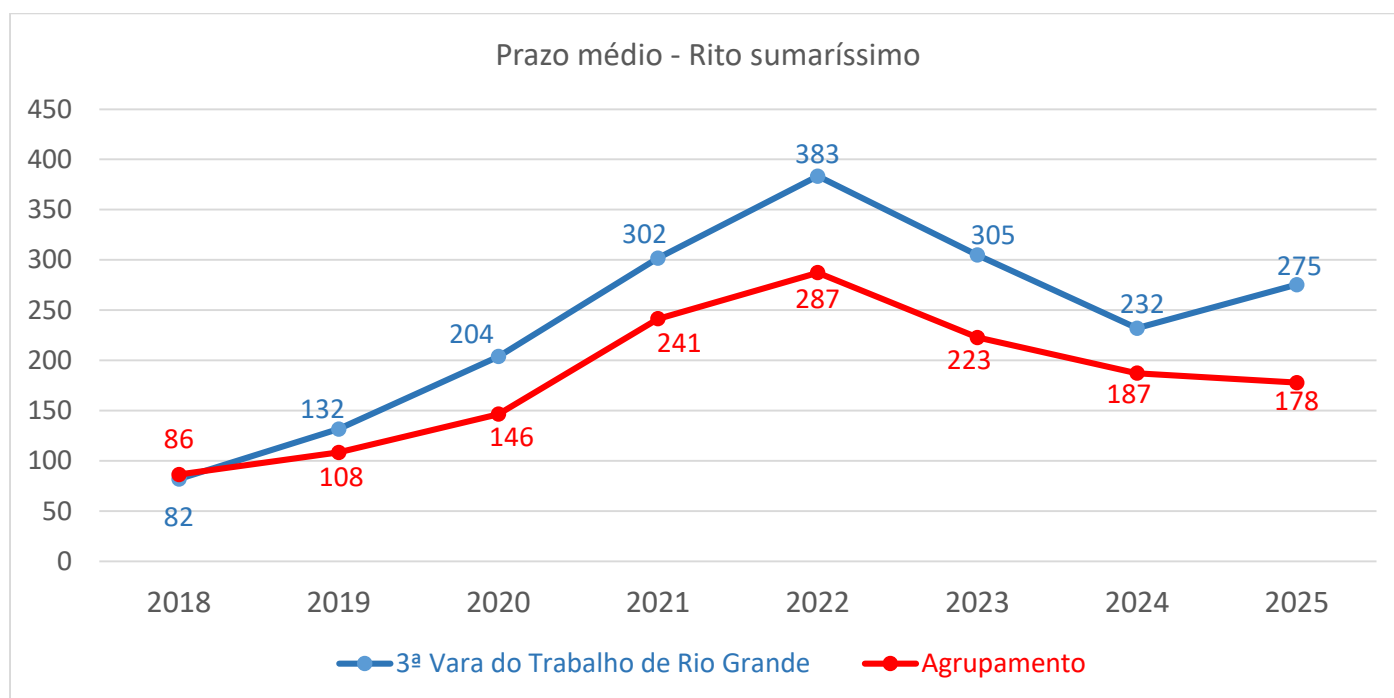


Já a idade média indica o tempo de tramitação em dias, em que um conjunto de processos está em determinada fase ou situação. Consideram-se, neste caso, os processos pendentes na respectiva etapa ou fase em um período de referência. Este índice representa a situação presente de um conjunto de processos.

9.1 PRAZO / IDADE MÉDIA NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO AO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO									
Rito	Unidade	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	82	132	204	302	383	305	232	275
	Agrupamento	86	108	146	241	287	223	187	178
Exceto Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	295	290	283	388	497	392	331	317
	Agrupamento	326	322	238	344	403	320	280	257

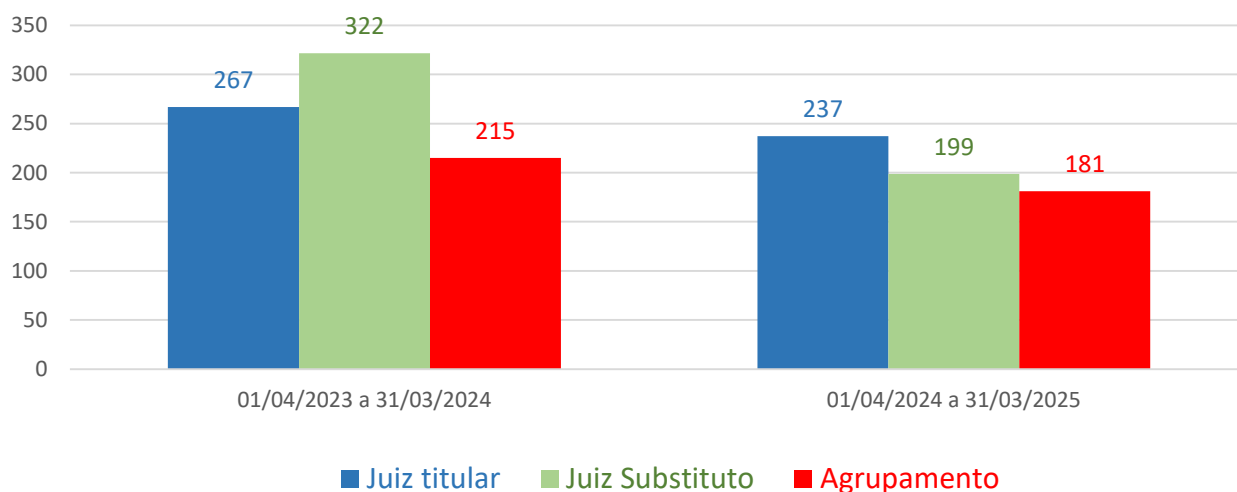




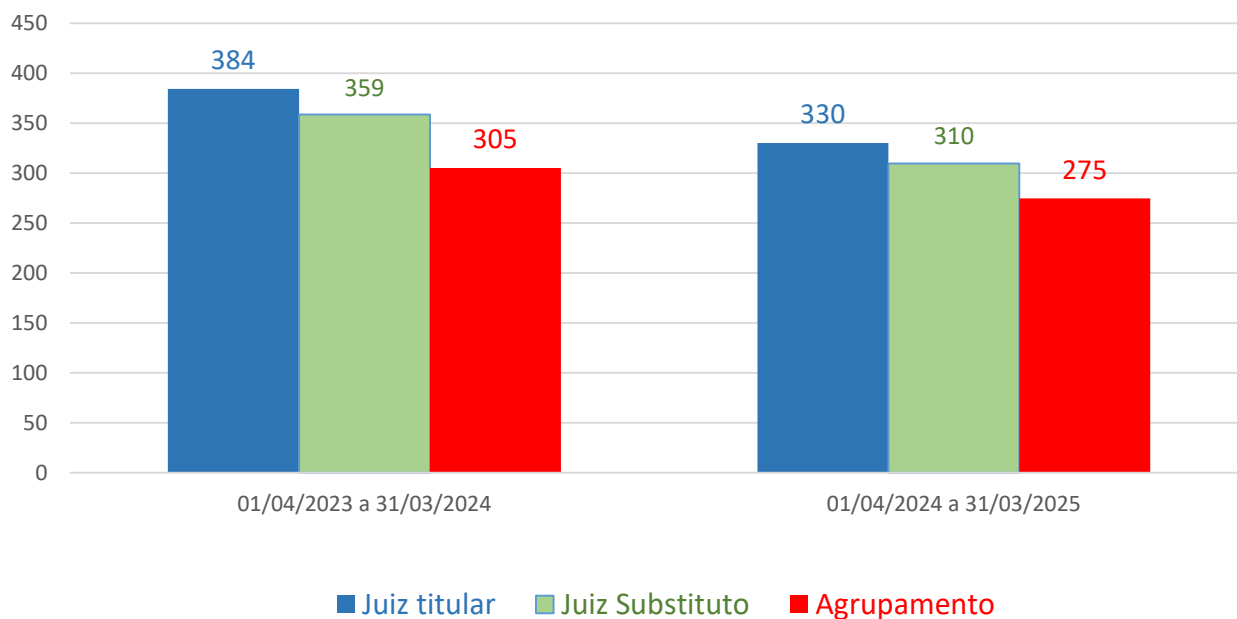
b) Desempenho dos Juízes lotados na Unidade nos últimos 24 meses

PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO AO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO				
Rito	Cargo Judicial	01/04/2023 a 31/03/2024	01/04/2024 a 31/03/2025	Variação
Sumaríssimo	Juiz Titular	267	237	-11,19%
	Juiz Substituto	322	199	-38,23%
	Agrupamento	215	181	-15,77%
Exceto Sumaríssimo	Juiz Titular	384	330	-14,09%
	Juiz Substituto	359	310	-13,66%
	Agrupamento	305	275	-9,96%

Ajuizamento ao encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo



Ajuizamento ao encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo

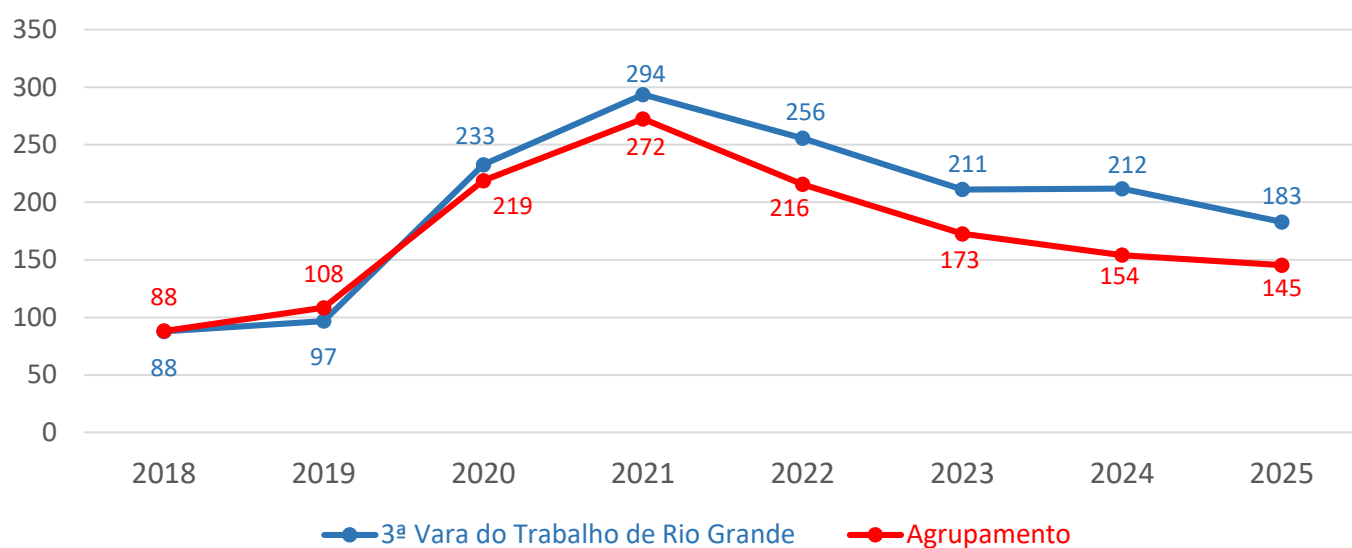




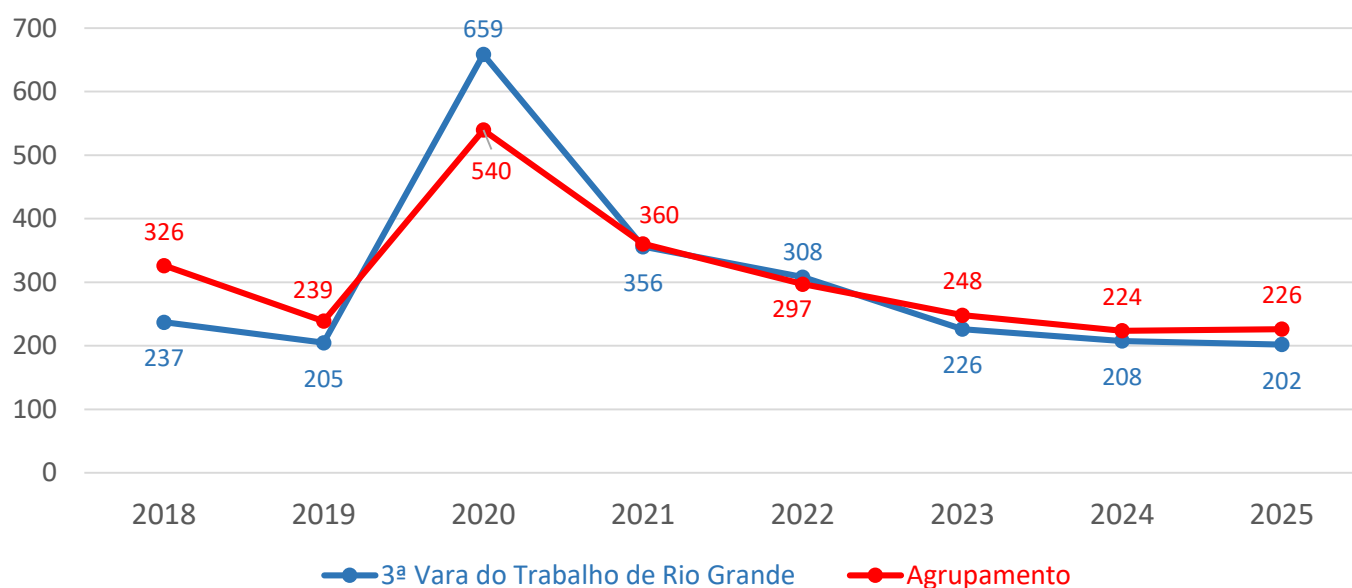
c) Idade média nos processos em instrução

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS EM INSTRUÇÃO									
Rito	Unidade	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	88	97	233	294	256	211	212	183
	Agrupamento	88	108	219	272	216	173	154	145
Exceto Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	237	205	659	356	308	226	208	202
	Agrupamento	326	239	540	360	297	248	224	226

Idade média dos processos em instrução - Rito sumaríssimo



Idade média dos processos em instrução - Exceto Rito sumaríssimo

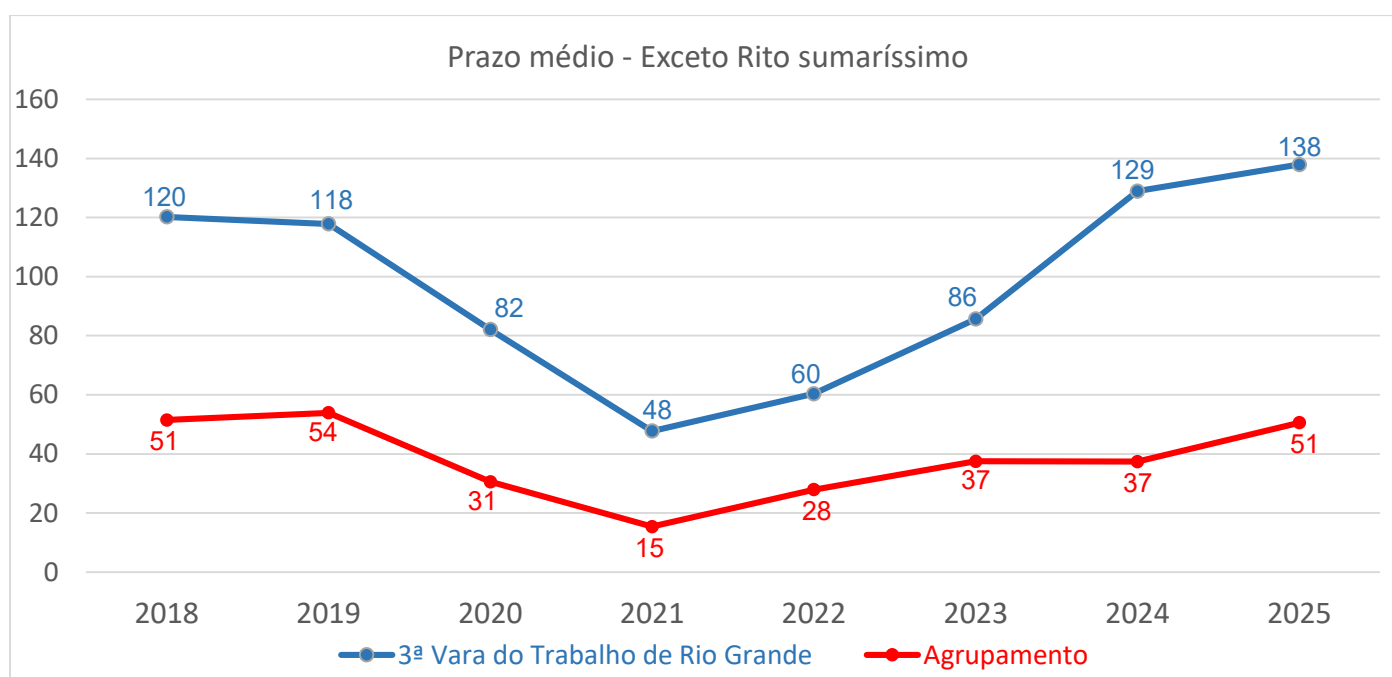
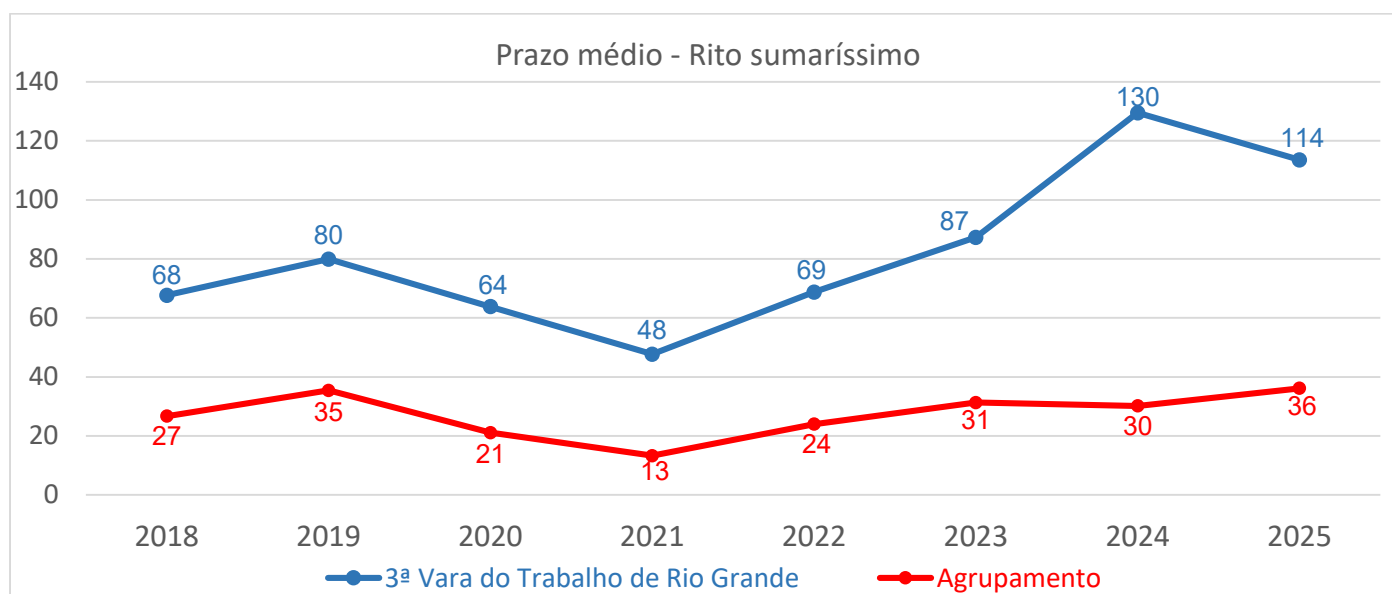




9.2 PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À SENTENÇA

a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DA SENTENÇA									
Rito	Unidade	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	68	80	64	48	69	87	130	114
	Agrupamento	27	35	21	13	24	31	30	36
Exceto Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	120	118	82	48	60	86	129	138
	Agrupamento	51	54	31	15	28	37	37	51

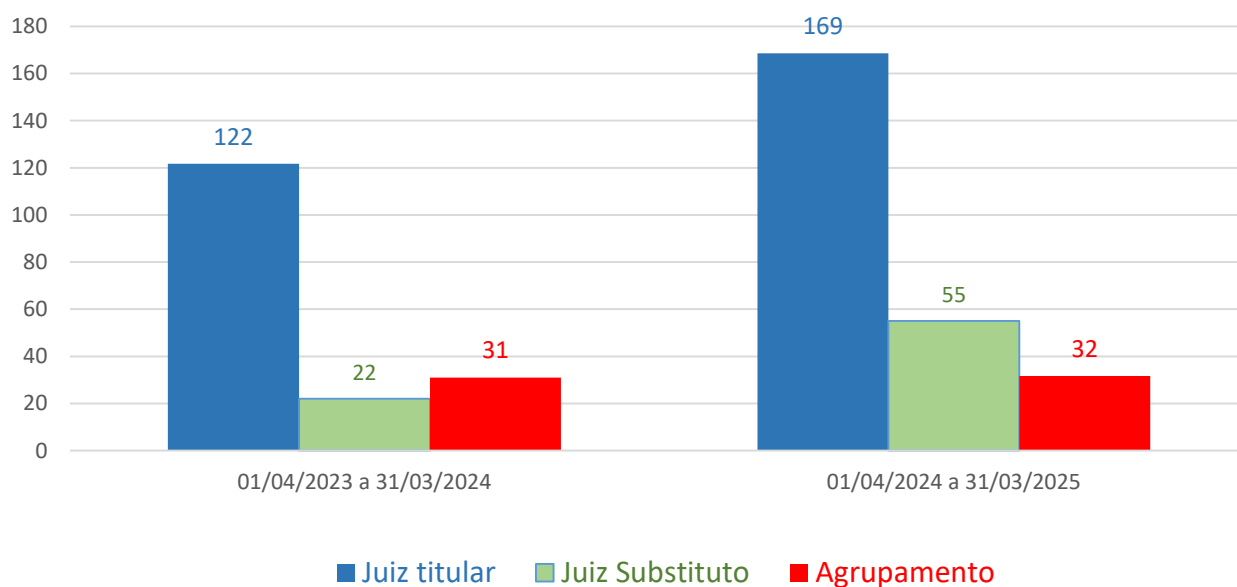




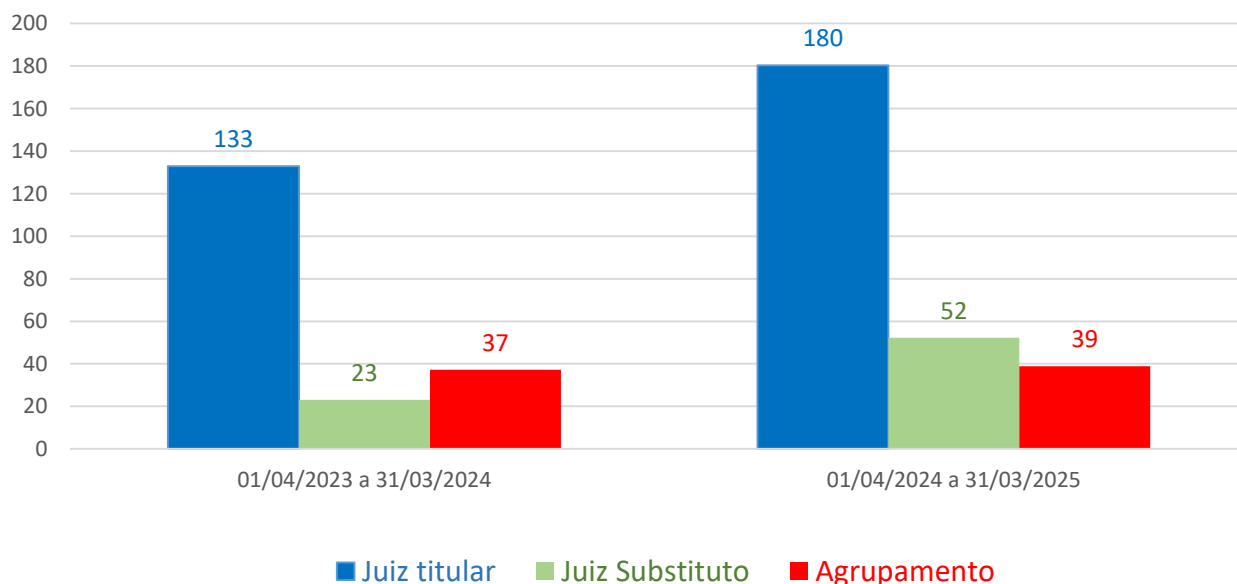
b) Desempenho dos Juízes lotados na Unidade nos últimos 24 meses

PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DA SENTENÇA				
Rito	Cargo Judicial	01/04/2023 a 31/03/2024	01/04/2024 a 31/03/2025	Variação
Sumaríssimo	Juiz Titular	122	169	38,47%
	Juiz Substituto	22	55	149,95%
	Agrupamento	31	32	2,10%
Exceto Sumaríssimo	Juiz Titular	133	180	35,63%
	Juiz Substituto	23	52	126,63%
	Agrupamento	37	39	4,47%

Prazo médio da conclusão à prolação da sentença
Rito Sumaríssimo



Prazo médio da conclusão à prolação da sentença
Exceto Rito Sumaríssimo



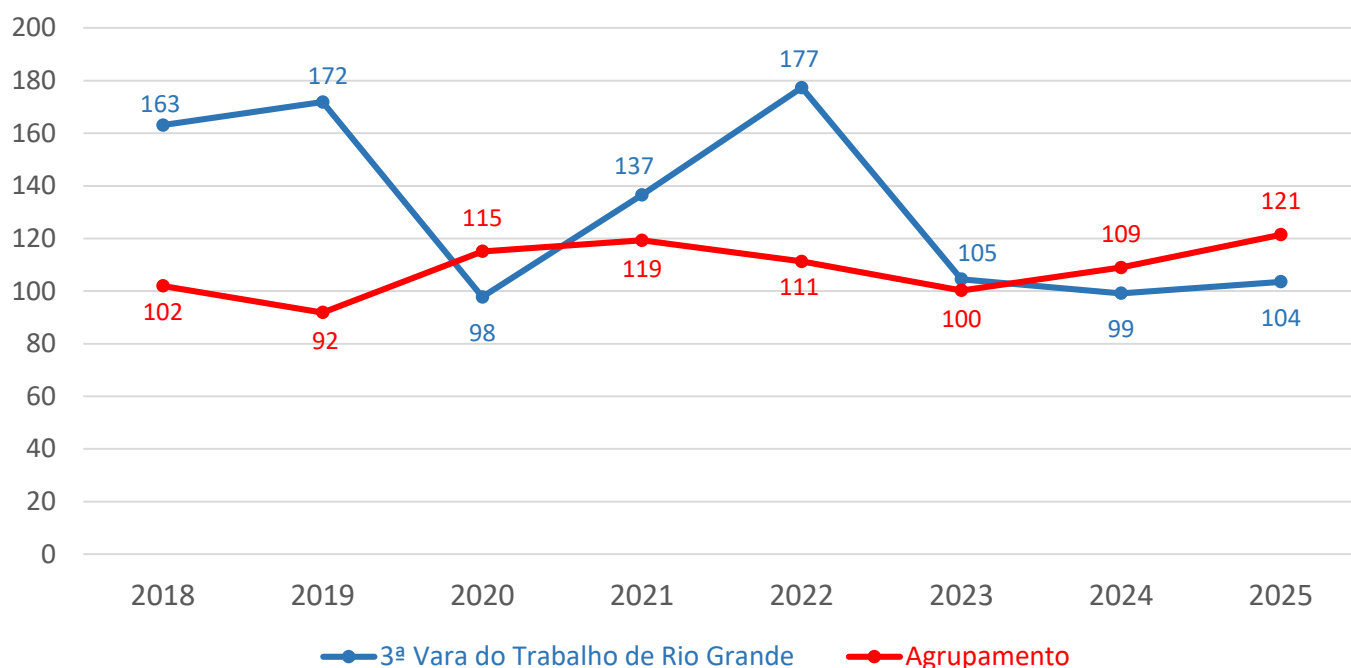


9.3 PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO

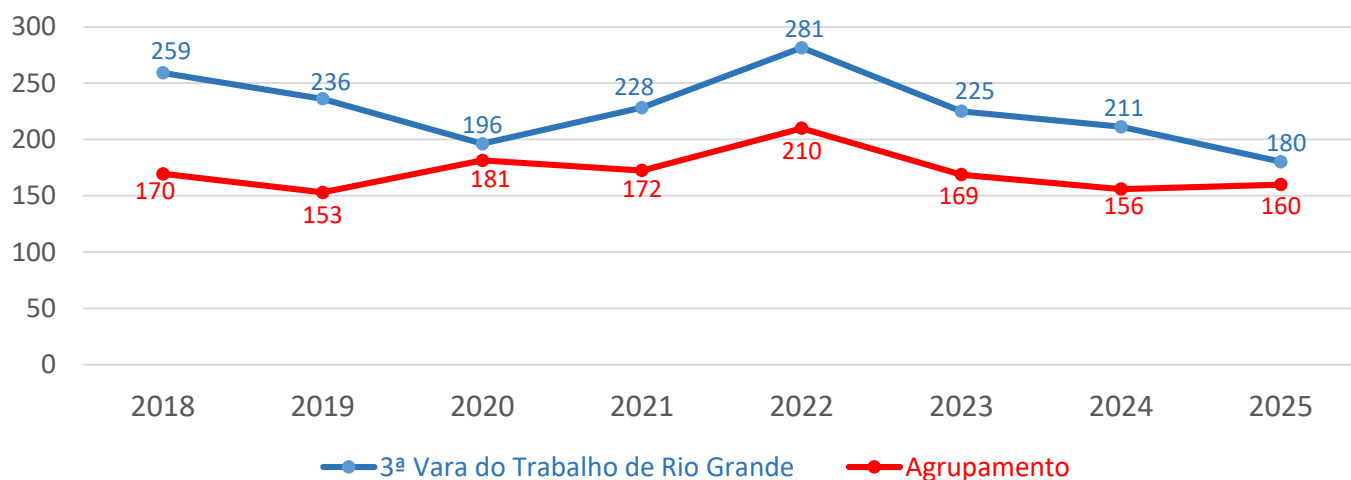
a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO									
Rito	Unidade	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	163	172	98	137	177	105	99	104
	Agrupamento	102	92	115	119	111	100	109	121
Exceto Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	259	236	196	228	281	225	211	180
	Agrupamento	170	153	181	172	210	169	156	160

Prazo médio - Rito sumaríssimo



Prazo médio - Exceto Rito sumaríssimo



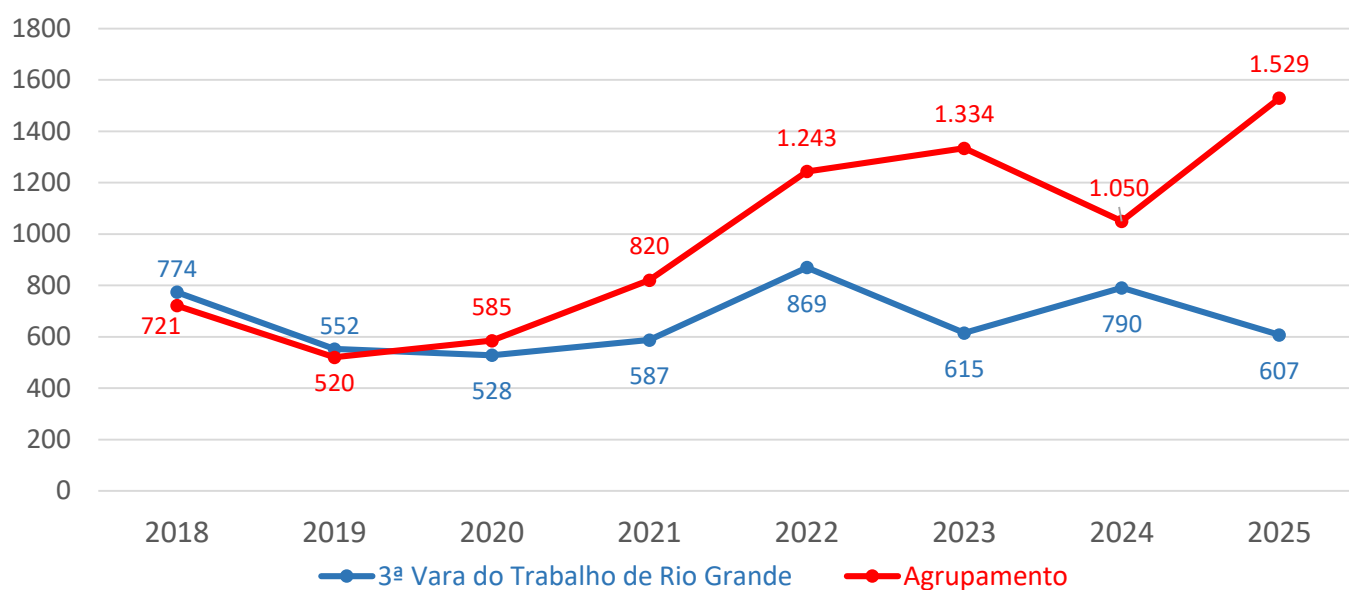


9.4 PRAZO / IDADE MÉDIA NA FASE DE EXECUÇÃO

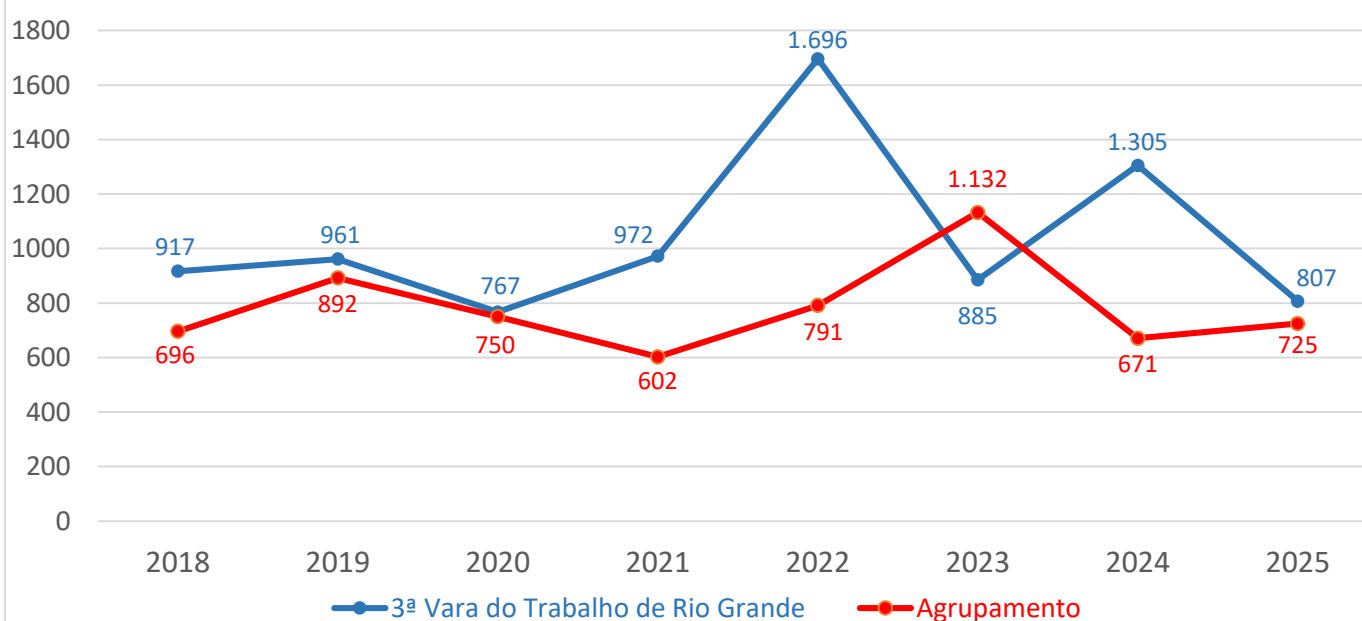
a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO INÍCIO À EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO									
Rito	Unidade	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
Ente Privado	3ª VT de Rio Grande	774	552	528	587	869	615	790	607
	Agrupamento	721	520	585	820	1.243	1.334	1.050	1.529
Ente Público	3ª VT de Rio Grande	917	961	767	972	1.696	885	1.305	807
	Agrupamento	696	892	750	602	791	1.132	671	725

Prazo médio - Ente Privado



Prazo médio - Ente Público



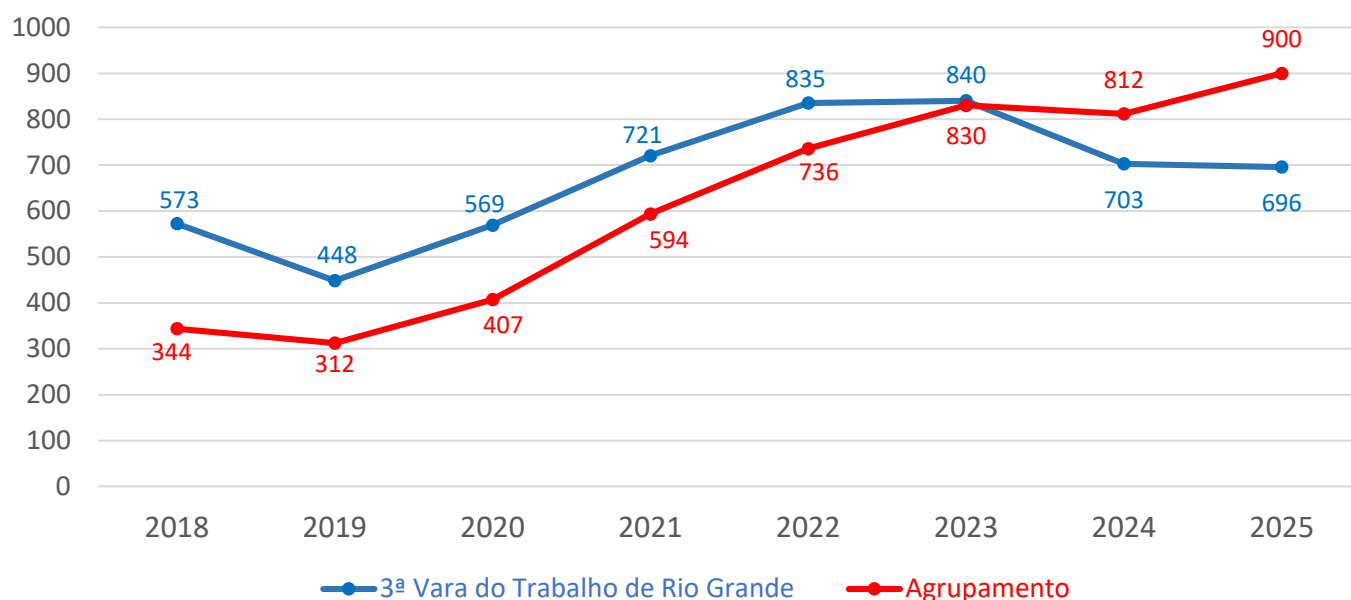


9.5 PRAZO / IDADE MÉDIA DA TRAMITAÇÃO TOTAL DO PROCESSO

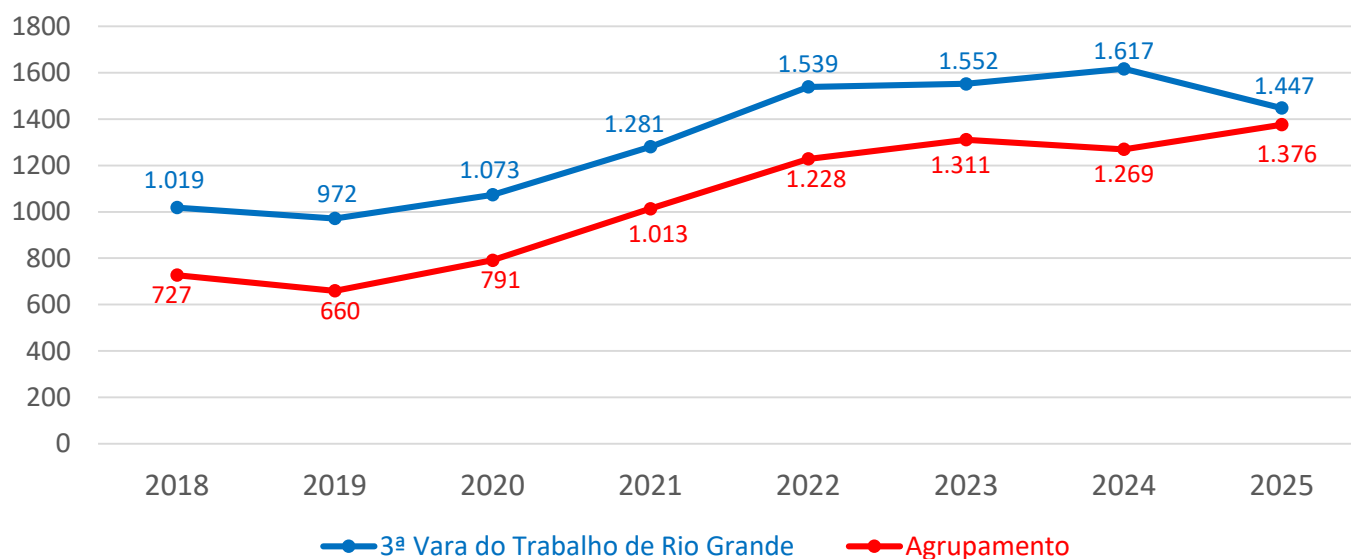
a) Evolução anual do prazo médio na Unidade

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO AO ARQUIVAMENTO DEFINITIVO									
Rito	Unidade	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (até 31/03)
Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	573	448	569	721	835	840	703	696
	Agrupamento	344	312	407	594	736	830	812	900
Exceto Sumaríssimo	3ª VT de Rio Grande	1.019	972	1.073	1.281	1.539	1.552	1.617	1.447
	Agrupamento	727	660	791	1.013	1.228	1.311	1.269	1.376

Do ajuizamento ao arquivamento - Sumaríssimo



Do ajuizamento ao arquivamento - Exceto Sumaríssimo





10 ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO – IGEST

O Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST, foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a partir do Mapeamento Global de Desempenho dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª e da 15ª Regiões, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país. Para tanto, dispõe de mesoindicadores (Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho), que são compostos por 13 indicadores construídos com base em 17 variáveis utilizando dados oficiais do Sistema e-Gestão dos últimos 12 (doze) meses anteriores à sua extração, referentes às Varas do Trabalho instaladas no país, que estiveram em funcionamento durante todo o período de apuração. Os indicadores estão padronizados em um intervalo que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0, mais satisfatório é o desempenho da Vara; quanto mais próximo de 1, mais insatisfatório é o seu desempenho.

No âmbito desse Regional, no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, a 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande alcançou a 115ª classificação geral. No país, a Unidade Judiciária está na posição 1.531 de 1.568 Varas do Trabalho.

11 METAS

11.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2024

11.1.1 Meta 1 - *Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.*

META 1/2024 CNJ			
Distribuídos em 2024	Solucionados em 2024	Meta para 2024	Resultado
728	814	729	Meta cumprida
Taxa de Congestionamento Líquida no Conhecimento (TCLC)			
TCLC 2024	Cláusula de Barreira	Resultado	
52%	< 40%	-	

*Segundo o Glossário das Metas de 2024, considera-se a Meta 1 cumprida, mediante o atendimento de um dos seguintes critérios: julgamento de um volume de processos de conhecimento superior ao número de processos distribuídos no mesmo ano, ou o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números em 2024, ser inferior a 40%.

11.1.2 Meta 2 - *Identificar e julgar até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.*

META 2/2024 CNJ			
Processos não julgados até 31/12/2022	Processos distribuídos até 31/12/2022 e julgados entre 01/01/2023 e 31/12/2024	Meta para 2024	Resultado
944	925	878	Meta cumprida
Processos não julgados até 31/12/2020	Processos distribuídos até 31/12/2020 e julgados entre 01/01/2023 e 31/12/2024	Meta para 2024	Resultado
55	52	54	Meta não cumprida

11.1.3 Meta 3 - *Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.*

META 3/2024 CNJ			
Índice de Conciliações no biênio 2021/2022	Índice de Conciliações em 2024	Meta para 2024 (mínimo)	Resultado
32,0%	34,1%	32,5%	Meta cumprida



11.1.4 Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

META 5/2024 CNJ				
	Índice de 2023	Índice de 2024	Meta para 2024 (máximo)	Resultado
Taxa de congestionamento líquida	56,2%	53,9%	55,7%	Meta cumprida

*Segundo o Glossário das Metas de 2024, a taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução, em relação ao total tramitado no período de um ano. Não são computados os processos suspensos, sobrestados, ou em arquivo provisório.

Fonte: módulo de Produtividade Mensal do CNJ

<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>

12 PJE – ANÁLISE DO PAINEL GLOBAL DA UNIDADE NO SISTEMA PJE

O Painel Global do Sistema PJe apresenta o acervo de processos eletrônicos da Vara do Trabalho dividido em diversas tarefas e permite a análise da organização e da pontualidade do trabalho da Unidade.

12.1 TAREFAS DO PAINEL GLOBAL

Os quantitativos de processos alocados em algumas tarefas do Painel Global do PJe da 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande em 15/05/2025, constam das tabelas a seguir.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Cumprimento de Providências	353	18/01/2024

Observações: constata-se que a Unidade mantém processos na tarefa Cumprimento de Providências para efetivação de convênios eletrônicos, análise de prosseguimento do feito, homologação de cálculos, revisão para o arquivamento, bem como para controle manual de prazos, estes não decorrentes de expedientes com controle automático pelo Sistema PJe. Na maioria dos processos, há oposição de GIGS, com definição de prazo, responsável e descrição da atividade. Contudo, 215 deles estão com prazo vencido, sem análise e movimentação pela Secretaria.

Recomendação: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Cumprimento de Providências, para inclusão de GIGS com prazo e atividade em todos os feitos, bem como para análise e movimentação dos processos com GIGS referentes a diligências com prazos vencidos.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Aguardando Prazo	560	21/01/2025

Observações: sinala-se a existência de processos retidos na tarefa Aguardando Prazo por falha no fechamento automático de prazos, decorrente da inexistência de data de ciência, por erro de publicação ou por outro motivo a ser identificado pela Vara do Trabalho.

Recomendações: recomenda-se a revisão sistemática dos processos retidos na tarefa Aguardando Prazo, para identificação de processos com expedientes não fechados automaticamente pelo Sistema PJe, situação que impede a movimentação automática dos feitos para a tarefa Prazos Vencidos. Para verificação de processos com Publicações DEJT com erro, recomenda-se o acesso rotineiro ao menu global “Atividades” – “DEJT – Publicações Pendentes”, para análise dos erros e reagendamento das publicações, conforme o caso.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Aguardando Final do Sobrestamento	1.006	07/11/2019

Observações: observa-se a manutenção de processos na tarefa Aguardando Final do Sobrestamento com prazo de suspensão vencido (na tela da tarefa e no GIGS) e alguns processos sem oposição de GIGS.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Aguardando Final do Sobrestamento, para conferência dos motivos que justificaram os sobrestamentos, movimentação dos processos, bem como inclusão de GIGS com prazo e atividade, para melhoria do controle de feitos sobrestados.



Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Aguardando Audiência	186	30/07/2024

Observações: constata-se a alocação de processos na tarefa para aguardo da realização da audiência. Observa-se, contudo, a manutenção na tarefa de processos com audiência realizada e instrução encerrada, pendentes de conclusão para julgamento.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Aguardando Audiência, a fim de que sejam mantidos somente os processos nos quais pendente unicamente o aguardo da solenidade já designada no processo e no sistema PJe. Os demais processos deverão ser movimentados para as tarefas específicas, a exemplo da tarefa Minutar sentença.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Prazos Vencidos	391	10/12/2024

Observações: verifica-se elevado número de processos na tarefa Prazos Vencidos, com data mais antiga de 10/12/2024, em tramitação, em sua maioria, na fase de execução.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos feitos mantidos na tarefa Prazos Vencidos, para análise e prosseguimento dos feitos.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Análise	7	12/05/2025

Observações: observa-se a regularidade da tramitação dos feitos na atividade.

Recomendações: não há.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Comunicações e Expedientes	118	26/02/2025

Observações: verifica-se que a Unidade mantém no agrupador Comunicações e Expedientes processos para criação e revisão de expedientes ou comunicações. Observa-se que há muitos processos sem controle de prazo e outros com prazo do GIGS vencido.

Recomendações: recomenda-se, como medida de organização do fluxo dos processos, a revisão sistemática dos processos na tarefa Preparar Expedientes e Comunicações, para manutenção somente dos processos que aguardam a criação ou revisão de expedientes e comunicações, com inclusão de GIGS de prazo e descrição da atividade pendente.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Novos Processos	106	12/03/2025

Observações: identifica-se o represamento inadequado de processos no agrupador Novos Processos, atinente à Triagem Inicial.

Recomendações: recomenda-se a análise e o prosseguimento dos feitos represados no agrupador Novos Processos, para observância do disposto nos artigos 226 e 228 do CPC.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Recebimento e Remessa	20	19/02/2025

Observações: verifica-se o represamento inadequado de processos no agrupador Recebimento e Remessa.

Recomendações: recomenda-se a análise e o prosseguimento dos feitos represados no agrupador Recebimento e Remessa, para adequada tramitação dos processos.

A análise da distribuição dos processos no Painel Global da 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande, demonstra necessidade de melhor organização na alocação dos processos nas tarefas do Sistema PJe, com a utilização adequada dos GIGS (com atividade, prazo e designação de responsável), a fim de promover a ordenação das providências pendentes de cumprimento e evitar represamentos e atrasos na tramitação dos feitos.

12.2 ESCANINHO DE PETIÇÕES

As petições pendentes de apreciação no escaninho da Unidade no Sistema PJe, apresentaram no dia 19/05/2025, o quantitativo que segue.



Quantidade	Processo com petição mais antiga no escaninho	Desde
475	0020001-04.2014.5.04.0123	20/03/2025

Em consulta ao Sistema PJe, foi constatado o número de 475 petições não apreciadas no menu *Escaninho*, sendo que a petição mais antiga pendente de apreciação, data de 20/03/2025, conforme indicado na tabela acima.

Assim, resta demonstrada a necessidade de análise mais célere das petições protocoladas nos processos em tramitação na Unidade para observância dos prazos previstos nos artigos 226 e 228 do CPC.

12.3 ANÁLISE POR FASE PROCESSUAL

A análise da movimentação processual para apontamentos específicos, foi realizada no dia 20/05/2025, quando o acervo da Vara contava com 1.822 processos em fase de conhecimento, 440 processos em fase de liquidação, 2.087 processos em fase de execução e 8.273 processos arquivados, sendo selecionados os seguintes

CONHECIMENTO

1	Processo nº 0020909-12.2024.5.04.0123
Movimentação processual: processo na tarefa Aguardando audiência desde 15/01/2025, com audiência já realizada em 13/03/2025. Determinação: <i>determina-se o cumprimento das determinações da ata de Id 36cfb59.</i>	
2	Processo nº 0020398-14.2024.5.04.0123
Movimentação processual: processo na tarefa Aguardando audiência desde 30/07/2024, com audiência já realizada em 07/05/2025. Recomendação: <i>recomenda-se a alocação do processo na atividade correspondente ao cumprimento das determinações da ata de Id 610302a.</i>	
3	Processo nº 0020175-61.2024.5.04.0123
Movimentação processual: processo na tarefa Cumprimento de providências desde 27/12/2024, com prazo GIGs vencido em 21/01/2025. Determinação: <i>determina-se o cumprimento do despacho de Id 1213b43.</i>	

LIQUIDAÇÃO

Por ocasião da análise, por amostragem, de processos em tramitação na fase de liquidação, não foram observados procedimentos que demandassem o apontamento específico por esta Vice-Corregedoria, porquanto verificada a regularidade na tramitação dos processos examinados.

EXECUÇÃO

1	Processo nº 0000158-30.2012.5.04.0121
Movimentação processual: processo na tarefa Preparar expedientes e comunicações desde 26/02/2025, com prazo GIGs vencido em 07/03/2025. Determinação: <i>determina-se o cumprimento do despacho de Id 8e15a13.</i>	
2	Processo nº 0078900-42.2007.5.04.0122
Movimentação processual: processo na tarefa aguardando prazo desde 17/02/2025, represado em razão do aparente não fechamento do prazo da intimação de Id fb9e6f8. Determinação: <i>determina-se a revisão do processo, para a correta alocação e continuidade da tramitação.</i>	
3	Processo nº 0020233-06.2020.5.04.0123
Movimentação processual: processo na tarefa aguardando prazo desde 21/01/2025, represado em razão do aparente não fechamento do prazo da intimação de Id 184251c. Determinação: <i>determina-se a revisão do processo, para a correta alocação e continuidade da tramitação.</i>	



4	Processo nº 0156900-88.2009.5.04.0121
Movimentação processual: processo na tarefa Cumprimento de providências desde 18/01/2024, com prazo GIGs vencido em 29/04/2025. Determinação: <i>determina-se o cumprimento do despacho de Id d749aef.</i>	
5	Processo nº 0052200-58.2009.5.04.0122
Movimentação processual: processo na tarefa Cumprimento de providências desde 21/11/2024, com prazo GIGs vencido em 22/01/2025. Determinação: <i>determina-se o cumprimento do despacho de Id 1bd91bd.</i>	
6	Processo nº 0196100-74.1987.5.04.0121
Movimentação processual: processo na tarefa Cumprimento de providências desde 11/03/2024, com prazo GIGs vencido em 14/05/2025. Determinação: <i>determina-se o cumprimento da decisão de Id 1a69c6a.</i>	
7	Processo nº 0156900-88.2009.5.04.0121
Movimentação processual: processo na tarefa Cumprimento de providências desde 18/01/2024, com prazo GIGs vencido em 29/04/2025. Determinação: <i>determina-se o cumprimento do despacho de Id d749aef.</i>	

ARQUIVADOS

1	Processo nº 0020129-58.2013.5.04.0123
2	Processo nº 0020129-58.2013.5.04.0123
3	Processo nº 0020129-58.2013.5.04.0123
4	E outros
Movimentação processual: há 28 processos arquivados provisoriamente com pendências (como não cumprimento de despachos) e prazos GIGs vencidos. Determinação: <i>determina-se a revisão dos processos com prazos GIGs vencidos para a regular continuidade da tramitação.</i>	

12.4 ANÁLISE DE PROCESSOS ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE

As tarefas Arquivo Provisório e Arquivo – Chips: Arquivado Provisoriamente, foram analisadas no dia 19/05/2025, para exame dos processos arquivados provisoriamente pela Vara. Há 734 processos com o Chips Arquivado Provisoriamente (arquivados provisoriamente entre 24/06/2016 e 09/12/2024), e 535 desses estão na tarefa Arquivo Provisório, sendo o mais recente de 19/12/2019.

Constata-se que a Unidade adota, em regra, as diretrizes estabelecidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com a remessa ao Sobrestamento dos feitos que seriam destinados ao arquivo provisório.

Há aposição de GIGS para controle do prazo da prescrição intercorrente, na tarefa Aguardando Final do Sobrestamento, sendo esta uma boa prática processual que se recomenda às Unidades como padrão para organização e controle dos processos. Nota-se, ainda, que está sendo observada a atividade específica “Prescrição Intercorrente” no GIGS, para facilitar a identificação e a organização dos processos no fluxo do Sobrestamento.

Da análise do acervo de processos em execução e dos arquivados provisoriamente, considerando o número de processos no arquivo provisório e a existência de controle do prazo prescricional nos GIGS, depreende-se que o Juízo efetuou adequadamente a revisão periódica dos processos para pronúncia da prescrição intercorrente, ou para renovação de providências coercitivas.

Com relação à renovação de providências coercitivas e à pronúncia da prescrição intercorrente, recomenda-se que se mantenha a observância do disposto, respectivamente, nos artigos 120, inciso III, e 128 da CPCGJT.

Aliado ao exposto, verifica-se, nos processos com ordenação de remessa ao arquivo provisório, estão sendo observadas as diretrizes estabelecidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, conforme redação atualizada pelo Provimento nº 4/CGJT, de 26 de setembro de 2023, para remessa dos processos ao fluxo “Aguardando Final do Sobrestamento”, em lugar de arquivar provisoriamente.



12.5 ANÁLISE DA AUTOINSPEÇÃO

A 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande realizou sua autoinspeção no período de 07/01/2025 a 20/01/2025.

Da análise do relatório constante no PROAD nº 7727/2024, então preenchido pela Unidade Judiciária, a Corregedoria-Regional constatou que a Unidade apresentou evolução positiva em relação à antiguidade dos processos pendentes de exame nas fases de conhecimento, liquidação e execução.

Verificou-se diminuição da antiguidade das pendências no protocolo da Unidade; também houve diminuição dos processos aguardando designação de audiência de instrução sem justificativa, de 17 para 15. A situação dos cumprimentos (comunicações pendentes, alvarás, lançamento de cálculos e expedição de mandados), apresentou grande elevação nos números de alvarás pendentes de expedição, saindo de 44 para 94. Os mandados aguardando cumprimento por Oficial de Justiça, tiveram acréscimo de 13 para 34 pendências. Os processos pendentes de baixa do TRT4/TST aumentaram de 875 para 904.

13 ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE SECRETARIA

13.1 ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS TAREFAS

Segundo as informações prestadas pela Diretora de Secretaria, as atividades da Unidade são ordenadas e distribuídas organizando as atribuições por tarefa.

Observou a Diretora em visita correcional, que tiveram o auxílio do SAT/Conecta, que também orientou a respeito da utilização de GIGs para melhor organização da Unidade.

O atendimento ao público na modalidade presencial, pouco acontece (em torno de sete pessoas por semana). A procura por informações ocorre mais por telefone e pelo balcão virtual.

A pesquisa patrimonial atualmente está sendo feita pelos Oficiais de Justiça, porém há pouco tempo.

Os plantões ficam sob a responsabilidade da Diretora e, nas suas ausências, a exemplo de férias, do seu substituto. Os plantões ocorrem por escalas com as demais Unidades do Foro.

Em relação aos servidores em teletrabalho, a Gestora refere que a dinâmica flui bem e com boa produtividade, nos termos da planilha correspondente.

13.2 EXPEDIÇÃO DE COMUNICAÇÕES E EXPEDIENTES

Segundo as informações prestadas pela Diretora de Secretaria, na data do preenchimento do questionário prévio à inspeção, não havia notificações e ofícios pendentes de expedição. Não existiam mandados e autorizações judiciais a serem expedidos; mas, havia 3 precatórios e 3 requisições de pequeno valor a serem expedidos.

O controle das guias de depósitos recebidas é realizado semanalmente, os depósitos do SIF são pesquisados no escaninho e os do SISCONDJ pelo acompanhamento de guias.

Os alvarás são expedidos em até 5 dias, enquanto aqueles referentes a acordos em 5 dias. Já a expedição de alvarás para liberação de eventual saldo remanescente em favor da parte reclamada, ocorre em até 10 dias.

Os alvarás s serem expedidos são objeto de controle pelo GIGs.

No dia 15/05/2025, foi constatado o total de 391 processos com o prazo vencido, sendo o processo com data mais antiga de 10/12/2024, conforme indicado na tabela constante no item 12.1.

No dia 19/05/2025, foi constatado o total de 475 petições não apreciadas no menu *Escaninho*, sendo que a petição mais antiga pendente de apreciação datava de 20/03/2025, conforme indicado na tabela constante no item 12.2.

Por ocasião da visita correcional, informou a Diretora que estavam trabalhando nos processos com prazo vencido em 23/01/2025, bem como nos processos do escaninho/protocolo referentes ao dia 20/03/2025.



13.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS – Item de exame e registro obrigatório (art.32, I, da CPCGJT)

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida nos arts. 32, I, e 114, *caput*, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que tratam do pronunciamento explícito nos autos, acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

A título de exemplo, em 19/05/2025 foi verificado pela Vice-Corregedoria o pronunciamento do Juízo de 1º Grau sobre os pressupostos de admissibilidade recursal nos processos n.ºs 0020593-33.2023.5.04.0123, 0020590-78.2023.5.04.0123 e 0020588-11.2023.5.04.0123. A Diretora de Secretaria informa que antes de o feito ser remetido ao segundo grau, é realizada a conferência e/ou correção dos dados de autuação do processo no PJe, tais como classe processual, nomes das partes e polos da relação processual.

A remessa de processo ao Tribunal Regional acontece diariamente, juntamente com a análise dos processos com prazo vencido.

13.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL – Item de exame e registro obrigatório (arts. 32, V, e 120, I, da CPCGJT)

Segundo informação da Diretora de Secretaria, o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, ordena a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício.

13.5 PROCEDIMENTOS RELATIVOS À FASE DE EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO. SOBRESTAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento definitivo do processo de execução, é realizado após o pagamento do débito e respectiva sentença de extinção da execução.

Outrossim, no caso de conciliação com previsão de pagamento parcelado, o arquivamento ocorre após o pagamento da última parcela e respectiva sentença de extinção, quando for o caso.

Antes do arquivamento definitivo do processo judicial, a Unidade verifica, entre outras providências eventualmente necessárias, a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao mesmo processo. Da mesma forma, há verificação do levantamento de penhoras e restrições efetuadas no processo previamente ao arquivamento definitivo.

Atualmente, existem 4 procedimentos de execuções reunidas. Em relação a esses processos, a Diretora informa que a Unidade mantém ativo apenas o processo piloto e que as demais execuções são sobrestadas. A Unidade mantém um controle das execuções reunidas existentes.

A Unidade observa o art. 128 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral, isto é, *antes de suspender o feito, para fins da prescrição intercorrente, intima o exequente com advertência expressa, e, durante o prazo da prescrição, suspende o processo com o uso do movimento “suspensão ou sobrestado o processo por prescrição intercorrente (código valor 12.259)”*.

A Diretora informa que nos processos em que expedida certidão de créditos para habilitação em Juízo Falimentar ou de Recuperação Judicial, é observado o artigo 126 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, permanecendo o processo sobrestado.

Em se tratando de execução contra a Fazenda Pública, ao ser expedido o precatório, o Diretor informa que é observado o disposto no art. 187-A, § 3º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional, ficando o processo sobrestado. Em caso de requisições de pequeno valor vencidas, a Unidade realiza o sequestro dos valores.

No pertinente aos processos sobrestados, menciona a Diretora que examinam conforme vencimento do GIGs, assim como revisam em janeiro de cada ano.

13.6 FERRAMENTAS ELETRÔNICAS E UTILIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS DISPONÍVEIS – Item de exame e registro obrigatório (arts. 29, III, e 32, V, da CPCGJT)

No que tange às ferramentas disponíveis, segundo informa a Diretora, a Unidade realiza o monitoramento de seus índices e/ou acervo (incidentes pendentes), por meio do painel disponível, e tem à



disposição todos os convênios firmados pelo Regional, utilizando-os conforme a necessidade. Na Unidade correccionada, a realização da pesquisa patrimonial é feita pelos Oficiais de Justiça.

Informa a Diretora que utilizam o robô GAEL, como ferramenta para o registro dos dados dos alvarás judiciais nos processos, bem como para ciência aos beneficiários. De igual forma, confirma a utilização da ferramenta PEPE (pesquisas automatizadas). Utilizam o painel Gestão de pautas, como meio de auxiliar no gerenciamento de acervos de processos em instrução. Da mesma forma, a Unidade vale-se da ferramenta e-Carteiro, para juntada dos registros de cumprimento/devolução das intimações/citações postais nos processos.

A Unidade informa que não registra as datas de recebimento/ciência da Requisição de Pequeno Valor pela Fazenda Pública e do termo final para pagamento no Sistema GPrec, pois aguarda o robô ARP; registra os pagamentos das RPVs no Sistema GPrec; em caso de anulação da RPV ou do precatório, a Unidade realiza o cancelamento da requisição respectiva no GPrec.

Os registros de prazos, pagamentos e cancelamentos das requisições de pagamento à Fazenda Pública (RPVs e precatórios), foram analisados pela Vice-Corregedoria no dia 20/05/2025, para exame da conformidade dos dados inseridos no Sistema GPrec pela Unidade Judiciária. Para tal exame, são observados os registros da requisição no GPrec, bem como os documentos do processo eletrônico respectivo no PJe, além das informações compiladas no link <https://dados.trt4.jus.br/extensions/rpvs-interno/rpvs-interno.html>.

A análise dos painéis da Unidade demonstra inexistência no Sistema GPrec, dos registros de data de recebimento e data de vencimento das requisições em 3 processos, que estão aguardando o robô ARP, não havendo pendência nos registros de pagamentos dos valores requisitados.

13.7 PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO BNDT

O Art. 883-A da CLT dispõe que *A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.*

Segundo a Diretora de Secretaria, a Unidade aplica a nova disposição da CLT, pois a inscrição no BNDT ocorre quando decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da data da citação, enquanto a exclusão é efetuada quando da sentença de extinção da execução.

Como forma de monitorar eventuais inscrições indevidas no BNDT, a Unidade realiza consulta nos Relatórios Gerenciais do PJe.

Por sua vez, nos termos do art. 2º, do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27/12/2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 14/04/2025; dessa consulta, constatou-se não haver processos com execução encerrada e devedores ainda inscritos no BNDT.

13.8 REGISTROS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

13.8.1 Lançamentos de incidentes processuais pela Secretaria

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses, sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão, conforme apontados no rol exaustivo do quadro abaixo

Processo	Data	Tipo de Incidente
0020122-80.2024.5.04.0123	01/03/2024	Tutelas Provisórias Pendentes
0020606-66.2022.5.04.0123	29/01/2024	Embargos de declaração pendentes
0020506-82.2020.5.04.0123	09/02/2024	Embargos de declaração pendentes
0020606-66.2022.5.04.0123	04/03/2024	Embargos de declaração pendentes
0020667-24.2022.5.04.0123	12/07/2024	Embargos de declaração pendentes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020525-25.2019.5.04.0123	09/09/2024	Embargos de declaração pendentes
0020525-25.2019.5.04.0123	11/09/2024	Embargos de declaração pendentes
0021146-90.2017.5.04.0123	04/10/2024	Embargos de declaração pendentes
0020749-89.2021.5.04.0123	08/10/2024	Embargos de declaração pendentes
0020880-46.2016.5.04.0121	19/08/2021	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020880-46.2016.5.04.0121	31/08/2021	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020528-87.2013.5.04.0123	15/09/2021	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020128-39.2014.5.04.0123	24/01/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020448-26.2013.5.04.0123	12/05/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020137-35.2013.5.04.0123	26/08/2022	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020117-26.2022.5.04.0124	13/03/2023	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020068-03.2013.5.04.0123	31/08/2023	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020583-91.2020.5.04.0123	16/10/2023	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0041500-60.2008.5.04.0121	30/11/2023	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020099-05.2022.5.04.0124	06/12/2023	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020417-30.2018.5.04.0123	12/12/2023	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020496-38.2020.5.04.0123	18/12/2023	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020742-39.2017.5.04.0123	19/12/2023	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020603-19.2019.5.04.0123	26/01/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020413-56.2019.5.04.0123	30/01/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020557-88.2023.5.04.0123	30/01/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020320-59.2020.5.04.0123	05/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020931-85.2015.5.04.0123	07/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020600-25.2023.5.04.0123	08/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020643-98.2019.5.04.0123	15/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0000057-27.2011.5.04.0121	16/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020305-32.2016.5.04.0123	22/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0001541-43.2012.5.04.0121	23/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020392-41.2023.5.04.0123	23/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020844-61.2017.5.04.0123	23/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0111700-92.2008.5.04.0121	26/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0000137-88.2011.5.04.0121	29/02/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020305-32.2016.5.04.0123	08/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020492-11.2014.5.04.0123	10/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0000137-88.2011.5.04.0121	11/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020148-54.2019.5.04.0123	18/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020524-98.2023.5.04.0123	20/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020533-60.2023.5.04.0123	20/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020543-07.2023.5.04.0123	20/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020946-83.2017.5.04.0123	21/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020541-37.2023.5.04.0123	25/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020714-03.2019.5.04.0123	25/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020623-68.2023.5.04.0123	30/03/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020477-27.2023.5.04.0123	05/04/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020529-23.2023.5.04.0123	10/04/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020477-27.2023.5.04.0123	17/04/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020388-14.2017.5.04.0123	23/04/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes



0020268-63.2020.5.04.0123	25/04/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020856-75.2017.5.04.0123	02/05/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020402-32.2016.5.04.0123	30/05/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020109-86.2021.5.04.0123	04/06/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020170-44.2021.5.04.0123	19/06/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020058-46.2019.5.04.0123	21/06/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020589-35.2019.5.04.0123	24/06/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020016-27.2024.5.04.0121	24/06/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020017-12.2024.5.04.0121	24/06/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020032-78.2024.5.04.0121	24/06/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020040-55.2024.5.04.0121	24/06/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020361-24.2023.5.04.0122	28/06/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020071-66.2024.5.04.0124	23/07/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020392-41.2023.5.04.0123	23/07/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020886-47.2016.5.04.0123	26/07/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020085-87.2023.5.04.0123	29/07/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020597-41.2021.5.04.0123	30/07/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020235-39.2021.5.04.0123	01/08/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020176-52.2024.5.04.0121	02/08/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020186-96.2024.5.04.0121	02/08/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020189-51.2024.5.04.0121	02/08/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020049-26.2015.5.04.0123	05/08/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020677-73.2019.5.04.0123	12/08/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020049-26.2015.5.04.0123	13/08/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020103-42.2022.5.04.0124	27/08/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020604-77.2014.5.04.0123	02/09/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0000877-80.2010.5.04.0121	09/09/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020856-12.2016.5.04.0123	12/09/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020810-86.2017.5.04.0123	17/09/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020491-11.2023.5.04.0123	24/09/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020529-86.2024.5.04.0123	24/09/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020794-25.2023.5.04.0123	24/09/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0076600-67.1994.5.04.0121	26/09/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020563-61.2024.5.04.0123	27/09/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020524-35.2022.5.04.0123	14/10/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes

(Fonte: consulta ao Sistema e-Gestão em 14/04/2025)

Esclareceu a Diretora em visita correcional, que a maioria dos processos com incidentes em questão, pendem de decisão e que aqueles com lançamentos equivocados, são corrigidos por despacho e devidamente alterados.

13.8.2 Lançamentos de valores pagos no período avaliado

13.8.2.1 Valores pagos aos reclamantes

Procedência	01/04/2024 a 31/03/2025	%
Decorrentes de Execução	R\$ 18.428.974,21	74,31%
Decorrentes de Acordo	R\$ 5.260.762,85	21,21%



Decorrentes de Pagamento Espontâneo	R\$ 1.111.864,36	4,48%
TOTAL	R\$ 24.801.601,42	100,00%

(Fonte: consulta ao Sistema e-Gestão em 14/04/2025)

13.8.2.2 Valores diversos

Classificação	01/04/2024 a 31/03/2025	%
Custas Processuais e emolumentos	R\$ 616.996,90	13,44%
Contribuição Previdenciária arrecadada	R\$ 3.395.781,98	73,95%
Imposto de renda arrecadado	R\$ 579.437,22	12,62%
Multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$4.592.216,10	100,00%

(Fonte: consulta ao Sistema e-Gestão em 14/04/2025)

13.8.3 Registros pendentes no Sistema INFOR

13.8.3.1 Processos em carga aos advogados com prazo vencido há mais de dez dias

Nº do Processo		Prazo para Devolução dos Autos
1	0025200-62.2004.5.04.0121	18/03/2024
2	0120900-46.1996.5.04.0121	21/08/2024
3	0000234-54.2012.5.04.0121	20/09/2024
4	0063200-45.1978.5.04.0121	16/10/2024

(Fonte: consulta ao Sistema inFOR em 19/05/2025)

13.8.3.2 Processos em carga aos peritos com prazo vencido há mais de dez dias

Conforme consulta ao Sistema InFOR em 19/05/2025, não constaram autos em carga com prazo vencido aos peritos há mais de 10 dias.

13.8.4 Registros de mandados

13.8.4.1 Mandados em aberto com prazo de cumprimento vencido

MANDADOS EM ABERTO

Nº Processo	Data da Expedição	Destino do Mandado	Tipo de mandado	Prazo legal do mandado	Dias úteis
1 0020243-45.2023.5.04.0123	31/03/2025	CENTRAL DE MANDADOS DE RIO GRANDE	Mandado	10	11

(Fonte: consulta ao Sistema PJe-JT em 14/04/2025)

14 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido pela Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária requereu e contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário/SAT – Divisão de Atendimento durante o período correccionado, conforme a tabela abaixo.

SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT		
Presencial/Remoto - Equipe da Corregedoria		Remoto – Apoio outras Unidades
2024	1º período – 18.11 a 22.11.2024 2º período – 25.11 a 29.11.2024	-



2025	1º período – 27.01 a 31.01.2025 2º período – 03.02 a 07.02.2025 3º período – 10.02 a 14.02.2025 4º período – 17.02 a 21.02.2025 5º período – 24.02 a 28.02.2025	-
Total	7 períodos	-

* A informação constante desta tabela restringe-se ao apoio prestado até a data da correção, não incluindo eventuais agendamentos realizados para datas futuras.

15 PROJETO GARIMPO

Por força do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 1, de 14 de fevereiro de 2019, foi implementado neste Regional o Projeto Garimpo, para definição dos procedimentos sobre a liberação de valores, bem como para gestão de saldos remanescentes em processos judiciais.

O tratamento de depósitos existentes em contas judiciais ativas, quando vinculadas a processos arquivados definitivamente até 14/02/2019, é de responsabilidade da Corregedoria Geral, por meio do Juízo Auxiliar de Execução (JAE). Com relação aos processos arquivados definitivamente após essa data, a responsabilidade é de cada Unidade Judiciária, nos termos do artigo 2º, do Provimento nº 284/2022.

A análise do painel criado para gerenciamento desses processos - Sistema Garimpo, realizada em 28/02/2025, evidencia a existência de saldo ativo em 144 processos arquivados após 14/02/2019, vinculados à 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande; destes, quatro processos possuem saldo igual ou inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e 140 possuem saldo superior a esse valor.

Conforme comunicação enviada às Unidades judiciárias pela Corregedoria Regional em 13 de março de 2025 (Assunto: disponibilização do Sistema Garimpo – consulta a depósitos judiciais vinculados a processos arquivados definitivamente), os depósitos com saldo de até R\$ 150,00, vinculados a processos arquivados definitivamente, serão tratados pela Corregedoria Regional, inclusive aqueles relativos a processos arquivados após 14/02/2019.

Naqueles processos em que verificado saldo ativo superior a R\$ 150,00, o tratamento dos depósitos é de responsabilidade das Unidades Judiciárias.

16 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Unidade Judiciária ocupa em relação ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024, a 115ª posição na classificação geral no âmbito deste Regional e a 1.531ª posição das 1.568 Varas do Trabalho do País, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho – IGEST.

Quanto aos casos novos, casos solucionados e produtividade, a Unidade Judiciária no ano de 2024 (101,23%), apresentou manutenção da produtividade em relação a 2023 (100,91%), mantendo-se acima da média do agrupamento, que foi de 89,84% em 2024. Em 2025 (até 31/03), a produtividade da Unidade encontra-se acima da média do agrupamento, respectivamente, 90,34% e 87,18%. Ainda, destaca-se que houve diminuição dos casos novos de 2023 (882), para 2024 (810).

No tocante ao congestionamento na fase de conhecimento, o indicador da Unidade apresentou leve melhora de 2023 (51,76%) para 2024 (51,36%), mas manteve números piores do que os da média do agrupamento, que foi de 45,58% em 2024.

Na fase de execução, compreendido o cumprimento de sentença e a execução de título extrajudicial, o congestionamento demonstrou diminuição de 2023 (84,41%) para 2024 (81,99%).

O número de audiências na Unidade apresentou considerável aumento de 2023 (1.051) para 2024 (1.213), representando o percentual de 124,98%, em relação à média das audiências realizadas pelas Unidades do agrupamento. No ano de 2025 (até 31/03), foram realizadas 250 audiências na Unidade, enquanto a média do agrupamento foi de 211 audiências no mesmo período. Assim, a Unidade apresenta o percentual de 118,65% audiências em relação ao agrupamento.

As sentenças e os acordos homologados na fase de conhecimento em 2024, totalizaram o número de 820, demonstrando diminuição em relação ao ano anterior (890), fechando abaixo da média do agrupamento, que foi de 954 sentenças e acordos em 2024. No ano de 2025 até 31/03, o número é de 215, acima da média da faixa, que é de 192.



No período de 01/04/2024 a 31/03/2025, foram prolatadas 65 sentenças líquidas, sendo 16 do Juiz do Trabalho Titular, Giovani Martins de Oliveira e 48 do Juiz do Trabalho Substituto, Felipe Lopes Soares. O número de sentenças não líquidas foi de 502, sendo 323 do Juiz do Trabalho Titular, Giovani Martins de Oliveira e 133 do Juiz do Trabalho Substituto, Felipe Lopes Soares. O número de acordos homologados foi de 228, sendo 132 do Juiz do Trabalho Titular, Giovani Martins de Oliveira e 96 do Juiz do Trabalho Substituto, Felipe Lopes Soares. Destacam-se os números de acordos por se encontrarem consideravelmente abaixo da média do agrupamento que é de 369.

Houve diminuição no acervo da Unidade de 2023 (4.970), para 2024 (4.898), embora tenha permanecido muito acima da média do agrupamento, que foi de 3.250 processos em 2024. Em todo o período analisado (2018-2024), o acervo da Unidade esteve com cerca de mil processos a mais do que a média do agrupamento, que se manteve sempre por volta de 3.500 processos.

Em relação à análise dos prazos médios, o prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução, é superior ao da média do agrupamento, sendo o da Unidade em 2024, de 232 dias para rito sumaríssimo e de 331 dias para exceto sumaríssimo, enquanto o agrupamento apresenta, respectivamente, 187 e 280 dias.

Contudo, no período de 01/04/2024 a 31/03/2025, observa-se que ambos os Juízes apresentam considerável melhora no prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução, conforme a tabela do item 9.1, b.

O prazo médio da conclusão à prolação de sentença na Unidade, é muito superior ao da média do agrupamento. Em 2024, para os processos de rito sumaríssimo, o prazo médio encontrava-se em 130 dias na Unidade, enquanto o do agrupamento é de 30 dias. Para os processos de rito exceto sumaríssimo, o prazo médio da conclusão à prolação da sentença foi de 129 dias em 2024, enquanto a média do agrupamento foi de 37 dias.

Já na liquidação, a Unidade apresentou em 2024, números de prazo médio melhores do que a média do agrupamento para rito sumaríssimo, 99 contra 109 dias; mas, piores para rito exceto sumaríssimo, 211 contra 156 dias.

Situação semelhante ocorre do início à extinção da execução. Em 2024, para os processos de ente privado, o prazo médio encontrava-se em 790 dias na Unidade, enquanto o do agrupamento é de 1.050 dias. Para os processos de ente público, o prazo médio do início à extinção da execução, foi de 1.305 dias em 2024, enquanto a média do agrupamento foi de 671 dias.

Quanto ao prazo médio total, a Unidade demonstrou diminuição de 2023 (840) para 2024 (703) para os processos de rito sumaríssimo, mas aumentou para os processos de rito exceto sumaríssimo, respectivamente, 1.552 para 1.617 dias, encontrando-se apenas esses acima da média do agrupamento, que foi de 1.269 dias para os processos de rito exceto sumaríssimo em 2024.

Por fim, em relação à organização e distribuição de tarefas, observa-se que a Unidade apresenta irregularidade dos fluxos da tramitação dos feitos, necessitando de melhor organização na alocação dos processos nas tarefas do Sistema PJe, com a utilização adequada dos GIGS (com atividade, prazo e designação de responsável), a fim de promover a ordenação das providências pendentes de cumprimento e evitar represamentos e atrasos na tramitação dos feitos.

A Unidade demonstra algumas irregularidades no processamento dos feitos, em relação à média do agrupamento, especialmente quanto ao número de acordos, acervo e prazo médio da conclusão à prolação de sentença.

Registra-se, por outro lado, que a Gestora referiu o auxílio do SAT/Conecta, que orientou acerca da utilização de GIGS e organização da Unidade.

Na hipótese de suspeição ou impedimento de um dos Juízes que atuam na Unidade, é feita a redistribuição a outro Magistrado do foro.

Por ocasião da visita correcional, mencionou a Diretora, que há uma falha no sistema PJe sempre que atualizam dos cálculos de liquidação, pois é lançado automaticamente um chip laranja, que entende equivocado. Além disso, quando da impugnação aos cálculos por uma das partes (por exemplo, pelo art. 879 da CLT), também ocorre o lançamento automático de um chip vermelho, o que, no seu entendimento, deveria ocorrer somente quando há impugnação à sentença de liquidação. Assim, solicita seja verificada a possibilidade de correção das mencionadas falhas.

Quanto aos processos arquivados com dívida, refere que a maioria está no depósito centralizado, e que não estão conseguindo fazer qualquer atividade a eles relacionada, em razão do *déficit* e alta



rotatividade de servidores (sete no período correccionado), mas que está nos planos da Unidade, assim que possível.

No que tange ao quadro de servidores, relata que está com *déficit* de dois servidores, o que prejudica sobremaneira o desenvolvimento das atividades da Unidade, de modo que solicita reposição. Ainda, requer seja estudada a possibilidade de haver um período mínimo para os servidores se movimentarem, pois há casos em que o servidor chega na Unidade e logo em seguida solicita remoção.

Outrossim, solicita seja implementado curso de formação para servidores novos, bem como seja providenciada a certificação digital antes de assumirem seus postos nas Unidades. Justifica que tal reduziria o tempo despendido pelas Unidades no treinamento desses servidores, resultando em benefício às atividades preponderantes das Varas.

Requer, por fim, seja estudada a possibilidade de integrar o SISCONDJ ao PJe, bem como viabilizar que o robô GAEL importe guias de depósito do Banco do Brasil realizados nos processos.

Em relação à estrutura física, equipamentos e mobiliários, nada foi solicitado.

17 RECOMENDAÇÕES

17.1 AOS JUÍZES

Reconhecimento de conduta culposa do empregador em acidentes do trabalho: recomenda-se às Juízas e aos Juízes que observem os procedimentos previstos no Ato Conjunto TST.CSJT.GP.CGJT nº 4, de 23 de janeiro de 2025, que dispõe sobre os procedimentos que visam comunicar à Advocacia-Geral da União (AGU), no caso de decisão transitada em julgado, em que se reconheça a conduta culposa do empregador em acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de Ação Regressiva, nos termos do art. 120, da Lei nº 8.213/1991. O referido Ato também revoga a Recomendação Conjunta GP.CGJT n.º 2, de 28 de outubro de 2011.

Prática que configure assédio moral: recomenda-se às Juízas e aos Juízes que observem o cumprimento do quanto previsto no art. 6º, *caput*, da Resolução CSJT 355/2023: *Havendo, nos autos de processo trabalhista, indícios de prática que, em tese, configure crime eleitoral, o magistrado deverá comunicar à autoridade competente para a persecução criminal cabível*. O PJe disponibiliza o assunto “15236 – Assédio Eleitoral” para o uso no processo judicial.

Litigância predatória reconhecida em sentença: recomenda-se às Juízas e aos Juízes que nos processos em que proferida sentença cuja fundamentação reconheça a prática de litigância predatória, utilizem no sistema PJe, a ferramenta GIGS (Gestão Interna de Gabinete e Secretaria) para cadastramento da atividade *Litigância predatória reconhecida em sentença* e quando constatada apenas a existência de indícios de litigância predatória cadastrem a atividade *Indícios de litigância predatória*, na forma da Recomendação Conjunta GP.GCR.TRT4 Nº 01, de 03 de setembro de 2024.

Conciliação: considerando que os dados apurados em Correição Geral no ano 2024, revelaram que a média de conciliação deste Tribunal está semelhante à média nacional e à média dos Tribunais de grande porte, recomenda-se às Juízas e aos Juízes que continuem atentando à importância de fomentar a solução de processos por meio de métodos consensuais, mantendo o bom desempenho verificado.

Demandas extintas sem julgamento do mérito: recomenda-se aos Juízes que ao extinguirem processos sem julgamento do mérito, observem as diretrizes do Provimento nº 5/GCGJT, de 19 de dezembro de 2024, especialmente o percentual de extinções em relação ao total de demandas solucionadas, conforme estabelecido em seu artigo 3º.

Metas do CNJ para a Justiça do Trabalho 2025: recomenda-se a observância das metas estabelecidas pelo CNJ para o presente ano (2025):

Meta 1 - *Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.*

Meta 2 - *Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e 100% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais.*



Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Meta CNJ 2/2024: recomenda-se que sejam empreendidos esforços para que se identifiquem e julguem os processos mais antigos em tramitação na Unidade Judiciária, de forma a atingir a referida meta, considerando que a meta correspondente do ano de 2024, não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 11.1.2).

Adiamento de pauta: reitera-se a recomendação para a redução do número de adiamentos de audiências para percentual não superior a 10% do número de audiências designadas (item 6.6).

17.2 À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Acompanhamento de painéis: recomenda-se que os Gestores realizem acompanhamento mensal dos incidentes pendentes, mediante consulta ao Painel da Unidade no [link https://dados.trt4.jus.br/extensions/1G/1G.html](https://dados.trt4.jus.br/extensions/1G/1G.html), realizando baixas e correções de movimentos em embargos de declaração, incidentes de execução e tutelas provisórias.

Remessa de processos ao Cejusc: recomenda-se que as Unidades registrem nos autos, seja por certidão ou despacho, a remessa dos autos ao CEJUSC, em observância ao princípio do devido processo legal.

Revisão de processos em execução arquivados provisoriamente: para observância do art. 120, III, da CPC/GJT, recomenda-se que as Unidades estabeleçam como rotina, a revisão periódica dos processos em execução arquivados provisoriamente, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos Convênios disponibilizados pelo Tribunal Regional. Os convênios e suas informações detalhadas, bem como os respectivos formulários de cadastramento, podem ser acessados na aba SISTEMAS – CONVÊNIOS do Portal VOX.

Sobrestamento de processos. Precedentes Jurisprudenciais: recomenda-se que as Unidades, assim que comunicadas pela Secretaria de Estratégia Judiciária a respeito do término do motivo que justificaram o sobrestamento dos processos (julgamento de IRDRs ou de Temas Repetitivos do STF), realizem a revisão das suspensões correspondentes, a fim de dar prosseguimento aos feitos. Alerta-se às Unidades, de qualquer modo, sobre a possibilidade de consulta no PANGEA para monitorar os sobrestamentos, bem como de acompanhamento dos processos e dos motivos da suspensão no *Relatório Gerencial de Processos Sobrestados* no PJe.

Cadastramento de assuntos: recomenda-se às Unidades Judiciárias que orientem os advogados a indicarem no PJe, todos os assuntos de que tratam as ações ajuizadas.

PJe – Painel Global da Unidade no Sistema PJe: recomenda-se à Unidade Judiciária:

- cumprir as recomendações lançadas ao final da análise das tarefas do Painel Global da Unidade no PJe, na forma do item 12.1 – Tarefas do Painel Global;
- cumprir as recomendações lançadas na análise de processos eletrônicos, na forma do item 12.4 – Análise de Processos Arquivados Provisoriamente e processos no fluxo de sobrestamento;
- efetuar a revisão e a inclusão de GIGS/CHIPS (com prazo e atividade), porquanto verificados processos nos quais há GIGS com prazos vencidos, ou não foram lançados meios completos de controle pela Unidade, com vistas ao aperfeiçoamento da organização do painel da Unidade no PJe e da efetividade na tramitação dos processos.

Painel Gestão de Pauta: recomenda-se a utilização do painel Gestão de pautas (<https://dados.trt4.jus.br/extensions/GPauta-interno/GPauta-interno.html>), como meio de auxiliar no gerenciamento de acervos de processos em instrução, com priorização daqueles processos que integram a Meta 2/2025.



Incidentes processuais: recomenda-se à Secretaria que identifique a causa das diversas pendências apontadas nos processos arrolados no item 13.8.1, reforçando-se que deve inserir em sua rotina de trabalho a verificação periódica do painel disponível em <https://dados.trt4.jus.br/extensions/1G/1G.html>, realizando baixas e correções de movimentos.

18 DETERMINAÇÕES

18.1 AOS JUÍZES

Processos conclusos para sentença com prazo legal excedido: determina-se aos Juízes que profiram sentença nos processos indicados no item 7.3, cujo prazo legal está excedido (em caso de já terem sido proferidas as decisões, ou convertidos os feitos em diligência, a determinação deve ser desconsiderada). Cumpre referir que não se olvida da tramitação do PROAD 3139/2025 perante a Corregedoria Regional, no qual facultado ao Magistrado Giovani Martins de Oliveira a possibilidade de apresentação de plano de trabalho.

18.2 À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

PJe – Painel Global da Unidade no Sistema PJe: determina-se à Unidade Judiciária:

- a) cumprir as determinações lançadas ao final da análise das tarefas do Painel Global da Unidade no PJe, na forma do item 12.1 – Tarefas do Painel Global;
- b) cumprir as determinações lançadas na análise dos processos examinados por amostragem no item 12.3 – Análise por Fase Processual;
- c) cumprir a determinação constante do item 12.4 – Análise de Processos Arquivados Provisoriamente e processos no fluxo de sobrestamento;
- d) observar a pontualidade na revisão do Escaninho – Petições não apreciadas (item 12.2 – Escaninho de Petições), para cumprimento dos atos processuais e das conclusões ao(à) magistrado(a) nos prazos previstos nos artigos 226 e 228 do CPC;
- e) priorizar a redução do prazo para análise e prosseguimento dos processos represados nas tarefas Análise, Prazos Vencidos e Cumprimento de Providências.

Lançamento de incidentes processuais pela Secretaria: determina-se que a Unidade Judiciária faça um levantamento das inconsistências nos movimentos processuais relativos aos incidentes processuais em todos os processos listados, devendo encaminhar relatório das correções realizadas para esta Vice-Corregedoria quando da resposta ao Relatório de Inspeção Correccional (item 13.8.1).

Lançamento de valores pagos no período avaliado: a Secretaria deve continuar lançando no *controle de valores* dos sistemas informatizados, todos os valores pagos aos reclamantes, bem como os relativos a contribuições previdenciárias, contribuições fiscais, emolumentos e custas processuais, tanto os informados pelas partes como aqueles verificados através de expedição de guias de retirada/alvarás, a fim de que as informações, extraídas do e-Gestão, reflitam a realidade dos valores transitados na Unidade Judiciária (item 13.8.2).

Registros pendentes no Sistema INFOR: determina-se que a Unidade Judiciária realize a cobrança, apresente justificativa, regularize os andamentos e/ou dê baixa da carga dos autos, que já foram devolvidos, mas ainda constam como pendentes de devolução no sistema INFOR, restando com prazo de devolução excedido há mais de dez dias, em cumprimento ao disposto nos arts. 64, inc. IV, e 74 da CPCR (item 13.8.3).

Mandados em aberto com prazo de cumprimento vencido: determina-se a cobrança dos mandados (devolução ou justificativa), com prazo de cumprimento excedido (item 13.8.4.1).

Modificação da competência: determina-se a observância ao art. 122, § 1º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional (item 16).



Projeto Garimpo: verificada a existência de processos arquivados definitivamente, com saldo em conta ativa superior a R\$ 150,00, conforme apontado no item 15, determina-se à Unidade Judiciária que adote providências para a conferência dos respectivos valores dos processos listados na ferramenta de consulta disponibilizada pela SEATECO (conforme comunicação enviada às Unidades em 13 de março de 2025), e apresente cronograma para regularização dessas pendências, informando, no prazo de resposta da presente ata, as medidas adotadas para a solução dos casos identificados.

18.3 RELACIONADAS ÀS OUTRAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Determina-se que a Secretaria da Vice-Corregedoria dê ciência à SEGESP das seguintes solicitações:

- preenchimento das vagas em aberto na Unidade;
- seja estudada a possibilidade de haver um período mínimo para os servidores se movimentarem, pois há casos em que o servidor chega na Unidade e logo em seguida solicita remoção;
- seja implementado curso de formação para servidores novos, bem como seja providenciada a certificação digital antes de assumirem seus postos nas Unidades, justificando que tal reduziria o tempo despendido pelas Unidades no treinamento desses servidores, resultando em benefício às atividades preponderantes das Varas.

Determina-se que a Secretaria da Vice-Corregedoria dê ciência à SEATECO da seguinte solicitação:

- seja estudada a possibilidade de integrar o SISCONDJ ao PJe, bem como viabilizar que o robô GAEL importe guias de depósito do Banco do Brasil realizados nos processos.

19 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da Inspeção Correcional Ordinária e ao contato direto com o Juiz Titular, o Juiz Substituto lotado, a Diretora de Secretaria e os demais servidores presentes na Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande no dia 20/05/2025, das 10 horas e 30 minutos às 11 horas, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Foram recebidas no foro de Rio Grande as dras. Jocélia Bernhardt Carvalho, Presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB, Luciana Alves Dombkowitsch, Diretora da Agetra e o dr. Ary Silva Júnior, Presidente da Subseção da OAB, os quais elogiaram o trabalho realizado pelos servidores; insistem que deve ser adotado procedimento único para a apresentação da contestação e que diversos procedimentos divergentes entre os Juízes geram insegurança na comunidade jurídica.

20 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os demais servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria, mediante o encaminhamento de ofício no formato “.PDF” ao e-mail da Vice-Corregedoria (vice_cor@trt4.jus.br), a ser juntado ao expediente PROAD, sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

Especificamente quanto às sentenças pendentes do Juiz Giovani Martins de Oliveira, deve ser observado o prazo de 60 dias para a prolação, se não conflitante com eventual prazo estipulado no PROAD 3139/2025, em razão de homologação de plano de trabalho, o qual deverá prevalecer sobre o prazo ora fixado.

21 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular, Giovani Martins de Oliveira, pelo Juiz Substituto lotado, Felipe Lopes Soares, pela Diretora de Secretaria, Cristina Carvalho Marchand, e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Márcia Moraes Lindemayer, Assessora-Chefe da Vice-Corregedoria Regional, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional e encaminhado para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT – e no *site* do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Documento assinado digitalmente

MARIA MADALENA TELESCA

Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região